



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

LEONE COSTA INACIO

**DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: UMA CRÍTICA AO DEBATE DOS
ANOS 1970s E DOS ANOS 2010s**

Rio de Janeiro
2024

LEONE COSTA INACIO

**DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: UMA CRÍTICA AO DEBATE DOS
ANOS 1970s E DOS ANOS 2010s**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Jaime Ernesto Winter Hughes León

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

I35d Inacio, Leone Costa
Desigualdade econômica no Brasil: uma crítica ao
debate dos anos 1970s e dos anos 2010s / Leone
Costa Inacio. -- Rio de Janeiro, 2024.
60 f.

Orientador: Jaime Ernesto Winter Hughes León.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2024.

1. Política industrial;. 2. Desenvolvimento
econômico. 3. Milagre econômico. 4. Desigualdade de
renda. 5. Governos do PT. I. Ernesto Winter Hughes
León, Jaime , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

LEONE COSTA INACIO

DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: UMA CRÍTICA AO DEBATE DOS ANOS 1970s
E DOS ANOS 2010s

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 26/04/2024.

JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

MARIA MELLO DE MALTA
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

NATASSIA DO NASCIMENTO
Mestra em Economia pela UFRJ

Dedico este projeto a minha mãe, que partiu
sem ver seu filho buscar o diploma.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, que sempre se esforçaram para que eu não tivesse outras preocupações que não estudar quando mais jovem. Ao meu irmão, grande fonte de inspiração para mim.

Ao Paulo, grande amigo que o Instituto de Economia me deu.

Por fim ao Prof. Jaime, que apesar dos meus constantes sumiços, não desistiu e aceitou esse desafio que é me orientar neste trabalho de conclusão.

RESUMO

Esse estudo investiga a dinâmica da desigualdade de renda no Brasil, focando principalmente em dois períodos distintos: o milagre econômico ocorrido durante o governo militar, e os governos do partido dos trabalhadores (PT) ocorrido entre o período 2003-2016. O milagre econômico ocorreu anos após o governo militar instaurar um plano de recuperação da economia conhecido como PAEG, que visava controlar a inflação crescente, propiciando assim um cenário de estabilidade onde a economia pudesse retomar o caminho do crescimento tal qual nos anteriores durante o plano de metas. Com o sucesso do PAEG e a retomada do crescimento, a divulgação dos dados do censo de 1970 informaram que a desigualdade de renda no Brasil havia piorado no período, e para sustentar a ideia de inevitabilidade disso, o governo solicitou que o economista Carlos Langoni desenvolvesse um estudo confirmando essa tese. Langoni concluiu que o nível educacional seria o principal responsável pela disparidade salarial, contudo, essa perspectiva era questionada por outros economistas que apontavam a importância de fatores como herança, gênero e acesso ao mercado de trabalho. Nos governos do PT (2003-2016), em um contexto marcado pela ascensão do neoliberalismo, medidas foram adotadas para atenuar a desigualdade, como o atrelamento do aumento do salário-mínimo ao crescimento do PIB, garantindo níveis de aumento reais, bem como a expansão de programas sociais e de transferências de renda, como o Bolsa Família. Embora essas políticas tenham contribuído para reduzir a disparidade de renda e diminuir os níveis de pobreza extrema, a desigualdade ainda persiste como um desafio estrutural. Por meio de uma análise comparativa entre esses períodos, este estudo busca compreender as transformações na distribuição de renda entre esses dois momentos, examinando não apenas as políticas econômicas adotadas, mas também os contextos sociais, políticos e econômicos mais amplos que as moldaram. Conclui-se que, embora tenha havido avanços significativos na redução da desigualdade durante os governos do PT, a persistência desse problema requer abordagens mais abrangentes e sustentáveis que considerem as complexidades estruturais e históricas da economia brasileira.

Palavras-chave: Desigualdade de renda, Brasil, Milagre Econômico, Ditadura militar, Governos do PT, Economia neoliberal, Salário-mínimo, Bolsa Família, Distribuição de renda, Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This study investigates the dynamics of income inequality in Brazil, focusing mainly on two distinct periods: the economic miracle during the military government, and the governments of the Workers' Party (PT) between the period 2003-2016. The economic miracle occurred years after the military government implemented an economic recovery plan known as PAEG, which aimed to control the rising inflation, thus providing a scenario of stability where the economy could resume the path of growth as seen in previous years during the goals plan. With the success of PAEG and the resumption of growth, the release of data from the 1970 census indicated that income inequality in Brazil had worsened during the period. To support the idea of the inevitability of this, the government requested that economist Carlos Langoni develop a study confirming this thesis. Langoni concluded that educational level would be the main factor responsible for wage disparity, however, this perspective was questioned by other economists who pointed out the importance of factors such as inheritance, gender, and access to the labor market. In the governments of the PT (2003-2016), in a context marked by the rise of neoliberalism, measures were adopted to mitigate inequality, such as linking the increase in the minimum wage to GDP growth, ensuring real increases, as well as the expansion of social programs and income transfers, such as Bolsa Família. Although these policies contributed to reducing income disparity and decreasing levels of extreme poverty, inequality still persists as a structural challenge. Through a comparative analysis between these periods, this study seeks to understand the transformations in income distribution between these two moments, examining not only the economic policies adopted but also the broader social, political, and economic contexts that shaped them. It is concluded that, although there have been significant advances in reducing inequality during the PT governments, the persistence of this problem requires more comprehensive and sustainable approaches that consider the structural and historical complexities of the Brazilian economy.

Keywords: Income inequality, Brazil, Economic Miracle, Military dictatorship, PT Governments, Neoliberal economics, Minimum wage, Bolsa Família, Income distribution, Economic development.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Quadro 1.1: Variações da receita e despesa do governo em 1964 medidas em relação ao orçamento preexistente para o mesmo ano e, em 1965, em relação ao reprogramado para 1964.....	21
Gráfico 1.1: Salário-mínimo real (1940-2014) - Dados do IBGE, referente ao balanço da distribuição de renda.....	24
Tabela 1.1: Economia Brasileira – síntese de indicadores macroeconômicos – 1964-1973 (médias anuais por período).....	25
Tabela 1.2: Taxas de crescimento dos meios de pagamento (M1) e do crédito no Brasil – 1964-1973 (médias por período - % ao ano).....	26
Tabela 2.1: Comparação da Distribuição da Renda dos anos de 1960 e 1970.....	29
Tabela 2.2: Variação dos índices de concentração (1960/70).....	30
Tabela 2.3: Comparação da distribuição entre as variáveis entre 1960 e 1970.....	36
Tabela 2.4: Contribuição marginal e total da renda 1960 – 1970.....	40
Gráfico 3.1: Carga Tributária Bruta, Brasil 2000 – 2019.....	52
Tabela 3.1: Evolução dos salário-mínimo nominal, salário-mínimo necessário e rendimento médio efetivamente recebido no trabalho principal.....	54
Gráfico 3.2: Preço das ações de universidades privadas na bolsa de valores e progressão dos empréstimos do Fies (R\$) 2007-2015.....	56
Gráfico 3.3: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita.....	58

LISTA DE SIGLAS

CGIL	Confederação Geral Italiana dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONFINDUSTRIA	Confederação das Organizações da Indústria
CP	Curva de Phillips
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
EU	União Europeia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IGF	Imposto sobre Grandes Fortunas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda Ativa
JK	Juscelino Kubitschek
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
SFB	Sistema Financeiro Brasileiro
TCH	Teoria do Capital Humano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA QUEBRA DE REGIME.....	16
1.1 – De “50 anos em 5” à renúncia presidencial.....	17
1.2 – A quebra do regime democrático.....	19
1.3 – Período 1964-67: o PAEG e as reformas estruturais.....	20
1.4 – Período 1968-73: o “milagre” econômico.....	25
CAPÍTULO 2: A “TESE OFICIAL” DO GOVERNO DITATORIAL: LANGONI ENTRA EM CENA.....	29
2.1 – A metodologia de Langoni.....	32
2.2 – Os resultados de Langoni.....	35
2.2.1. Dificuldades na Análise da Disparidade de Renda: avaliação crítica do modelo de Langoni, e a complexidade das variáveis socioeconômicas.....	39
CAPÍTULO 3: TRAZENDO O DEBATE PARA OS DIAS ATUAIS	45
3.1. Balanço do Neoliberalismo.....	46
3.2. Plano Real.....	48
3.3. Variações da desigualdade de renda no Brasil.....	50
3.4. Panorama da tributação brasileira.....	51
3.5. O imposto sobre grandes fortunas.....	53
3.6. Diminuição da desigualdade durante governos PT.....	53
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

Entre os anos 1968 e 1973, durante o governo militar, o Brasil passou por um período de elevado crescimento econômico, o qual por duas vezes chegou a alcançar dois dígitos percentuais. Tal acontecimento chamou a atenção, pois divergiu bastante do nível de crescimento econômico alcançado nos anos anteriores. Um crescimento estável e positivo era algo almejado pelo governo militar pois isso de certa forma respaldava as políticas econômicas do governo, o que por sua vez legitimaria o governo como um todo. Em 1970, após a divulgação dos dados censitários pelo IBGE, constatou-se que o elevado crescimento econômico ocorrido nos anos anteriores veio acompanhado de uma maior apropriação da renda por parte dos percentis superiores. A economia estava crescendo, porém não para todos.

Diante de um contexto de extrema instabilidade política, fez-se necessário que o governo militar explicasse o porquê desse aumento da concentração de renda. Dentro desse cenário, torna-se evidente que o objetivo primordial dos militares não era necessariamente promover um crescimento econômico equitativo que beneficiasse toda a população. Em vez disso, suas prioridades se voltaram para questões de ordem pública e estabilidade do regime, com a manutenção do poder político em primeiro plano. Para tal, foi cooptado o economista da escola de Chicago, Carlos Geraldo Langoni, a quem foram disponibilizados dados do imposto de renda bem como dados da renda pessoal da população, para chegar a uma conclusão que determinasse a não-culpabilidade do governo civil-militar. Com acesso a dados que os demais economistas não tinham acesso (dados sobre investimentos e fluxos financeiros), Langoni criou um modelo econométrico para determinar quais variáveis seriam responsáveis pelo aumento da concentração de renda.

O principal resultado apontado pela sua pesquisa foi de que a variável educação seria a maior determinante dessa disparidade da apropriação de renda. Utilizando-se do conceito marginalista de capital humano, Langoni afirma que as disparidades apontadas pelo censo eram normais e esperadas, visto que o processo de crescimento do Brasil estava fortemente ligado ao setor industrial e que, como os níveis gerais de educação brasileira eram baixos, seria normal que, no curto prazo, as pessoas com maior nível de escolaridade recebessem um salário mais elevado, visto a inelasticidade de curto prazo da oferta de mão de obra. Esses *ganhos extras* seriam corrigidos no longo prazo, uma vez que haveria pressões (políticas e privadas) para investir em educação e capacitação da mão de obra, o que diminuiria a discrepância entre salários e, conseqüentemente, a concentração de renda. Os resultados encontrados por Langoni viriam a ser posteriormente publicados sob a forma do livro “*Distribuição da Renda e*

Desenvolvimento Econômico do Brasil”. Langoni teve acesso a dados confidenciais que não estavam disponíveis para outros economistas. Estes dados exclusivos poderiam ter sido fornecidos por fontes governamentais ou institucionais. Eles incluíam informações sobre distribuição de renda, dados fiscais sigilosos, estatísticas sobre investimentos e fluxos financeiros, bem como registros de transações comerciais e empresas. Além disso, Langoni também poderia ter acesso a informações específicas sobre políticas econômicas governamentais e o funcionamento de setores econômicos relevantes. Essas fontes de dados privilegiadas permitiram que Langoni desenvolvesse um modelo econométrico mais abrangente e preciso para analisar os fatores por trás do aumento da concentração de renda.

Após a divulgação do censo, bem como do livro de Langoni (publicado em 1973), uma corrente de críticos pertencentes às mais diversas escolas de pensamento econômico, viram a necessidade de apontar as incongruências da explicação “oficial” do governo. Cada economista à sua maneira destrinchou uma parte da tese de Langoni, chegando ao consenso de que o modelo apresentado possuía falhas tanto internas quanto externas de construção. O fato de Langoni não ter considerado níveis anteriores de renda, nem as políticas de arrocho salarial do governo, para esses economistas (que se baseavam em princípios de pesquisa científica rigorosa, e que incluíam a consideração de variáveis relevantes) eram um exemplo claro de que o objetivo da pesquisa não era encontrar uma solução para o problema, mas sim uma justificativa para a sua existência. Como Langoni utilizou dados cedidos pelo governo aos quais só ele teve acesso, foi impossível realizar uma revisão por pares, nos moldes que o método científico estabelece para a realização da “boa ciência”.

Os economistas Ricardo Tolipan e Carlos Tinelli lideraram possivelmente o ensaio mais desafiador à narrativa oficial, intitulado “A polêmica sobre distribuição de renda e desenvolvimento”. Lançado em 1975 com a contribuição de vários economistas destacados, o livro tornou-se leitura indispensável para compreender a fundo o debate que marcou os anos 70.

Pós choques do petróleo ocorridos durante a década de 1970, o país passou por uma série de crises econômicas turbulentas, com níveis anormais de inflação, o que dentre outras coisas prejudicou o crescimento da economia e reduziu ainda mais o poder relativo de compra das camadas mais pobres da população.

O liberalismo econômico tem sido objeto de amplo exame e discussão. A avaliação de seus efeitos no Brasil engloba uma variedade de aspectos, como o papel do Estado na economia, as políticas de privatização, desregulamentação e abertura financeira. Apesar de avanços em áreas específicas, como a estabilidade macroeconômica, críticos fazem menção sobre os

impactos negativos do liberalismo na disparidade social, nos serviços públicos e nos direitos trabalhistas. Diante desse contexto, em 1989 o governo Collor decide aderir as práticas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington, visando assim reduzir o tamanho do Estado e fortalecer a posição comercial do país.

O Plano Real, implementado em 1994, é frequentemente citado como um marco na história econômica brasileira. Seu papel na contenção da inflação e na estabilização da moeda é amplamente reconhecido. No entanto, as discussões sobre o Plano Real também abordam suas limitações e consequências a longo prazo, incluindo questões relacionadas à concentração de renda, ao desemprego e à vulnerabilidade a choques externos.

A disparidade de renda no Brasil é um tema que atrai atenção contínua de economistas e formuladores de políticas. Apesar de alguns avanços, como a redução da extrema pobreza, a desigualdade de renda persiste devido a disparidades no acesso à educação, emprego e serviços públicos. Essa situação apresenta desafios significativos para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O sistema tributário brasileiro também está sob escrutínio intenso, devido à sua complexidade e à alta carga tributária. Há discussões em curso sobre a simplificação dos tributos, a redução da carga fiscal para os contribuintes e o fortalecimento da fiscalização para garantir maior eficiência e justiça no sistema tributário. Destaca-se a proposta de implementação de um imposto sobre grandes patrimônios, visando não apenas aumentar a arrecadação estatal, mas também promover uma redistribuição mais equitativa da riqueza. Além disso, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) têm sido objeto de debates acalorados sobre os esforços para reduzir a desigualdade socioeconômica. Iniciativas como o Bolsa Família e o aumento do salário-mínimo foram adotadas para promover uma distribuição mais equitativa da renda e melhorar as condições de vida dos mais pobres. No entanto, persistem divergências sobre a eficácia e sustentabilidade dessas medidas, o que reflete em desafios persistentes e questões não resolvidas na busca por um desenvolvimento mais equânime no país.

O método de trabalho da monografia é uma revisão bibliográfica do debate de distribuição de renda nos 1970s e 2010s, fazendo um recorte selecionado de variados autores, como por exemplo Barone (2017), Bielschowsky (2011), Hermann (2005), Langoni (1970; 1973; 1978; 2009), estabelecendo uma contextualização histórica do quadro geral dos anos 70s e por fim uma revisão selecionada de alguns autores que falam de distribuição de renda e sistema tributário no Brasil neoliberal dos anos 2010s.

CAPÍTULO 1: CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA QUEBRA DE REGIME

O governo de Getúlio Vargas na década de 1930 teve um papel destacado na promoção da industrialização do Brasil. Durante sua gestão, foram adotadas diversas políticas e medidas visando impulsionar o desenvolvimento industrial do país. Um dos principais marcos desse período foi a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, que se tornou a primeira grande empresa estatal brasileira voltada para a produção de aço.

Além disso, Vargas implementou estratégias de substituição de importações, estimulando a produção interna de bens previamente importados, e promoveu a modernização da infraestrutura nacional, com investimentos em energia, transporte e comunicações. Essas medidas contribuíram para impulsionar o desenvolvimento industrial do Brasil e tiveram impactos significativos na economia e na sociedade do país.

Dois anos após o fim do último governo Vargas, JK se elegeu presidente com a premissa de acelerar o desenvolvimento do parque industrial e, por tabela, aproveitar dos frutos desse *boom* econômico industrial para fortalecer a economia e diminuir as desigualdades sociais, tão características da história do Brasil.

É bastante frequente que estudantes do Ensino Médio aprendam sobre o Plano de Metas em suas aulas de história, onde se ressalta o lema "cinquenta anos em cinco", além de destacar que a indústria automobilística nacional teve seu início nesse período. Esse período foi caracterizado por progressos expressivos na industrialização do país, com repercussões importantes na economia e na sociedade brasileira.

Para o governo, a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura do país eram considerados elementos essenciais para fortalecer as novas indústrias de bens duráveis e não duráveis. Durante sua gestão, houve uma ênfase nos setores de energia, transporte e indústrias de base, com o propósito de promover a substituição de importações. Essa abordagem visava fortificar a indústria nacional, reduzindo a dependência de importações de manufaturados e, assim, controlando a saída de divisas e fortalecendo o balanço de pagamentos.

Devido à limitada capacidade do Estado de obter financiamento para gerir o Plano de Metas, o governo busca alternativas em financiamento internacional, porém devido ao contexto da época e o modo como o Brasil estava inserido na dinâmica capitalista global, os governos dos países centrais não viam efetivamente motivos para financiar o processo de industrialização nacional. A restrição da habilidade estatal de adquirir financiamento para administrar o Plano de Metas pode ser atribuída a diversos fatores. Em primeiro lugar, a estrutura econômica vigente

poderia não prover bases sólidas o suficiente para obter o financiamento necessário. Isso poderia incluir uma base tributária subdesenvolvida, baixa arrecadação fiscal e instabilidade econômica.

Além disso, a dependência excessiva de fontes de financiamento internas, como o sistema bancário nacional, poderia limitar a capacidade do Estado de obter os recursos necessários para implementar o Plano de Metas. Em muitos casos, os recursos financeiros disponíveis internamente poderiam ser insuficientes para financiar projetos de grande envergadura, como os propostos pelo Plano de Metas. Outro aspecto a ser considerado é a falta de confiança dos investidores estrangeiros na estabilidade econômica e política do país. O Brasil poderia ser percebido como um mercado arriscado para investimentos devido à instabilidade política, alta inflação e falta de garantias para os investidores internacionais.

Conforme aponta Oliveira (1987):

A posição do capitalismo internacional, principalmente a do capitalismo do país hegemônico, era, muito ao contrário, amarrada à antiga divisão internacional do trabalho, em que o Brasil comparecia como produtor de bens primários de exportação. Assim, é difícil reconhecer uma estratégia do capitalismo internacional em relação à aceleração da industrialização brasileira (OLIVEIRA, 1987, p.49).

Diante de tais negativas, o governo recorreu ao endividamento externo privado, geralmente de curtos prazos, o que pressionava negativamente o balanço de pagamentos (Oliveira, 1987, p.46).

Ao fim do seu governo, JK obteve sucesso no seu processo de aceleração da industrialização: a planta industrial cresceu cerca de 80% e o produto nacional cresceu anualmente cerca de 8% durante seu governo comparativamente ao início do Plano de Metas (Cano, 2015). grosso modo, a economia estava muito bem, porém um olhar mais atento mostra que a corrente inflacionária estava aumentando e que a distribuição não diminuiu durante o período, e pior, até mesmo aumentou (Silva et. al., 2009)

1.1 – De “50 anos em 5” à renúncia presidencial

Diante de um cenário de instabilidade econômica, Juscelino Kubitschek não conseguiu eleger o seu candidato, Jânio Quadros, sendo então sucedido assim a este candidato que possuía apoio da ala conservadora. A vitória foi relativamente tranquila, se comparada a anterior, e Jânio além de não correr nenhum risco de golpe, ainda contava com uma grande base legislativa.

Seu governo tinha tudo para transcorrer sem maiores problemas, porém a caixinha de surpresas que é a política brasileira tinha outros planos.

Durante os pouco mais de 7 meses de governo, Jânio conseguiu incomodar tanto sua base política, quanto perder o apoio popular que possuía. Por outro lado, sua inaptidão para frear a crescente inflacionária significava a redução do poder de compra de grande parte da população, o que lhe custou o apoio popular conseguido durante a campanha.

Num ato considerado obtuso, Jânio Quadros decidiu que renunciaria ao seu mandato, acreditando que isso seria suficiente para que os conservadores se reorganizassem, que o povo protestaria, e que clamariam pelo seu retorno à presidência. Todavia seu cálculo político estava deveras errado e nenhum tipo de manifestação favorável ao seu retorno aconteceu, de modo que a presidência vacante deveria ir para seu vice João Goulart, o Jango. Contrariados, conservadores e reacionários foram contra a ideia de Jango assumir a presidência, e só aceitaram tal fato após o regime ser modificado para um parlamentarismo, o que imporia restrições ao poder do presidente.

Diante de um cenário econômico de terra arrasada e com uma sustentação política frágil, Jango assume o cargo com o pressuposto de que para estabilizar a economia e retomar o crescimento deveriam ser realizadas reformas de base, o que se provaria ser um grande desafio, conforme aponta Netto (2014):

A crise, para ser superada numa direção nacionalista e democrática, supunha medidas econômicas acopladas a mudanças institucionais profundas. Exigia – pelos interesses de grupos nacionais e internacionais com os quais se confrontaria – um governo com larga base político-social e com uma grande legitimidade para promover um conjunto de reformas que, mesmo sem comprometer os fundamentos do regime capitalista, conduzisse o capitalismo brasileiro a um novo estágio. A implicação política da crise consistia nisto: numa substantiva reforma das instituições políticas, capaz de sustentar as bases de uma política econômica apta a implementar as reformas que esta exigia (NETTO, 2014, p.17).

O governo, diante desse cenário econômico, opta por combater a inflação via controle dos déficits públicos e das emissões, operando um corte nos subsídios, um realinhamento de preços e tarifas além de impor um limite para aumentos salariais. A ideia desse chamado Plano Trienal era de fomentar a economia agradando a sua base conservadora, embora isso acabasse onerando os trabalhadores.

Próximo ao início do Plano Trienal, em 1963, foi realizado um plebiscito para decidir o modelo de governo, e a vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo foi acachapante, o que apontava uma nova configuração da base política de Jango. Contudo, os frutos gerados pelo Plano Trienal acabaram por não serem satisfatórios nem para a burguesia, visto que a

retomada da acumulação ocorreu numa taxa considerada lenta, nem para os trabalhadores, que sofreram todos os ônus dessa retomada da acumulação.

Atores das camadas sociais mais humildes passaram demandar que as reformas democratizantes e nacionalistas fossem realizadas, mesmo que na marra. Os atores das camadas sociais mais humildes incluíam principalmente trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais organizados. Eles demandavam reformas democratizantes e nacionalistas, como maior participação popular na política, nacionalização de empresas estrangeiras e reformas agrárias para distribuição de terras. Do ponto de vista das forças conservadoras, essa voz ativa e suas demandas indicavam uma futura ruptura do *status quo* vigente, do modelo de produção e acumulação praticado até então, que ousaria frear a economia reduzindo a taxa de acumulação do sistema. Por mais que Jango fosse um político desenvolvimentista, essas forças passaram a taxar Jango como um político incompetente, incapaz de resolver os problemas do país, e o pior de tudo, que ele seria um simpatizante do projeto comunista.

Com o ideal do anticomunismo em voga, agentes burgueses se aliaram com forças militares e a própria Igreja Católica, para derrubarem Jango e tomarem o governo para si (Lima, 2023). A polarização política estava firme, e a união dessas forças na madrugada do dia 1º de abril de 1964, depuseram o presidente eleito João Goulart e instauraram um governo militar.

1.2 – A quebra do regime democrático

Pós-ruptura do regime democrático vigente com o Golpe Civil-Militar de Estado de 1964, tanto o cenário político quanto o cenário econômico estavam devastados, de modo que, para conseguirem legitimidade para o novo regime de governo, era necessário que os militares criassem políticas de estabilização que tranquilizassem a população quanto aos rumos que o novo governo tomaria dali para a frente.

Os primeiros anos do governo militar foram marcados por uma continuidade nas políticas econômicas, o que em muito apenas foi possível devido à continuidade do regime político de exceção instaurado, conforme aponta Hermann (2005):

A continuidade no campo da política econômica foi, em grande parte, reflexo da continuidade política do período. Diante da forte repressão a manifestações da sociedade civil e mesmo à atuação de partidos políticos, a visão de política econômica do governo não encontrava resistência formal, impondo-se à sociedade e aos demais poderes da União, como observa Sallum Jr. na epígrafe.¹ Com relação ao empresariado, não havia motivos para resistência, já que a política econômica do período de 1964-73 (especialmente a partir de 1968) foi, em geral, favorável aos lucros, em detrimento dos salários (HERMANN, 2005, p.50).

Entre 1964-1973, os principais objetivos econômicos do governo eram estabilizar a economia e fazer com que o crescimento econômico retornasse a níveis semelhantes aos obtidos durante o Plano de Metas do governo JK, onde, após o seu término em 1961, a economia brasileira entrou num revés onde a inflação disparou, enquanto o nível de crescimento despencava concomitantemente. Para as elites burguesas da época, era condição salutar que os lucros retornassem a níveis similares, mesmo que para isso os decis econômicos inferiores da população fossem sacrificados. Com relação ao empresariado, não havia motivos para resistência, uma vez que suas demandas estavam sendo atendidas pelo governo.

O período citado pode ser dividido em duas fases distintas: o primeiro, de 1964 a 1967, foi caracterizado como uma fase prévia de estruturação da economia. Para alcançar os objetivos desejados, era necessário controlar primeiramente o processo de *estagflação* em que o país se encontrava. Para tal, foi criado um plano de estabilização da economia conhecido como Plano de Ação Econômica do Governo – o PAEG. Soma-se ao PAEG as reformas estruturais auxiliaadoras instauradas pelo governo, com destaque para a ampliação do sistema financeiro nacional, a reforma tributária e uma nova política monetária recessiva. A política monetária recessiva foi caracterizada por medidas destinadas a reduzir a liquidez na economia. Isso incluiu o aumento das taxas de juros para desencorajar o consumo e o investimento, restrições ao crédito para empresas e consumidores, uma política fiscal contracionista para diminuir os gastos públicos e aumentar a receita tributária, e controle na emissão de moeda para evitar a inflação. Essas ações visavam desacelerar a atividade econômica e controlar a inflação.

A segunda fase, de 1968 a 1973, foi caracterizada por uma política monetária mais expansiva, muito devido à redução da inflação alcançada na fase anterior. A combinação da redução da inflação, com aumento dos meios de pagamento bem como o ajustamento das contas externas possibilitou um crescimento da economia em níveis bastante superiores aos alcançados nos anos anteriores, o que posteriormente ficou conhecido como “o milagre econômico”.

1.3 – Período 1964-67: o PAEG e as reformas estruturais

Em 1963 o PIB brasileiro cresceu apenas 0,6%, ao passo que a inflação passou de 31,5% para 79,9% (Hermann, 2005, p.51). Quando ocorre a quebra do regimento democrático em 1964, é diante desse cenário de estagflação que o governo Castello Branco se encontra.

Para combater tal cenário, o então ministro Roberto Campos seguiu uma política econômica que possuía duas frentes principais: um plano de estabilização que visava a recuperação do crescimento bem como o controle da inflação, que viria a ser conhecido como

o PAEG, e reformas estruturais, mais notadamente as reformas fiscais e monetárias. Vale notar que o PAEG possuía diversas semelhanças com o Plano Trienal do governo anterior, principalmente o seu foco em controlar a inflação galopante. As similaridades entre o PAEG e o Plano Trienal residiam principalmente nos objetivos de controlar a inflação e estabilizar a economia. Ambos visavam restaurar a confiança dos agentes econômicos, implementando políticas monetárias e fiscais rigorosas. Entretanto, suas abordagens e detalhes específicos eram distintos, com o PAEG adotando uma estratégia mais flexível e gradual em sua implementação.

Segundo Campos, os principais fatores que aceleravam a inflação eram o déficit público, a expansão de créditos e principalmente, os aumentos salariais acima dos ganhos de produtividade (Netto, 2014, p.80). A fim de cobrir os déficits públicos, o governo enxergou a necessidade de que houvesse expansão da base monetária para cobrir seus gastos, porém o aumento da base por sua vez pressionava o mercado de trabalho fazendo com que os salários aumentassem, retroalimentando assim o processo inflacionário. Era necessário que as ações do plano fossem bem ordenadas para que não acabassem por terem o resultado contrário do inicialmente almejado.

Foi com base nesse prognóstico que foram definidas as principais frentes de atuação do PAEG, bem como também foram estabelecidas as suas metas (Quadro 1.1). O plano esperava reduzir a inflação durante o período, de 80% em 1963, para 10% em 1967, almejando conseguir ainda um leve crescimento real do produto no período.

Quadro 1.1: Variações da receita e despesa do governo em 1964 medidas em relação ao orçamento preexistente para o mesmo ano e, em 1965, em relação ao reprogramado para 1964

Metas Monetárias e Fiscais do Paeg — Taxas Nominais de Variação			
Indicador	Metas		
	1964	1965	1966
Receita da União*	15%	58%	-
Despesas da União*	-27%	42%	-
Déficit da União	-62%	3%	-
M1 e crédito privado	70%	30%	15%
Inflação	70%	25%	10%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Simonsen (1970), p. 28-34.

* Variações da receita e despesa do governo em 1964 medidas em relação ao orçamento preexistente para o mesmo ano e, em 1965, em relação ao reprogramado para 1964.

Fonte: Barone, Ricardo et. al., 2017.

A opção pela redução gradual se deu para evitar que o desajuste dos preços relativos penalizasse de forma mais grave os preços fixados de longo prazo, tais como salários, tarifas

públicas, câmbio etc. As mudanças também não poderiam ser muito drásticas, pois acabariam retroalimentando a inflação, bem como também afetariam negativamente a atividade econômica.

O ajuste fiscal proposto pelo governo para reduzir os déficits propunha uma redução nos gastos, porém tinha como principal linha de atuação o desenho de um novo modelo tributário que aumentasse as receitas. Nesse sentido, para reduzir custos e otimizar a arrecadação, foram extintos impostos de pouca relevância financeira, além da criação de novos impostos, todos parte de uma nova reorganização de caráter concentrador do ponto federativo, visto que limitava o direito dos estados e municípios de legislar em causas tributárias.

Embora a arrecadação tenha aumentado de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967, a existência de mecanismos de isenção e de incentivos fiscais para áreas consideradas prioritárias pelo governo (como aplicações financeiras e investimentos em formação bruta de capital fixo), fez com que o redesenho tributário assumisse um caráter regressivo do ponto de vista do debate distributivo. Como aponta Hermann (2005), essa proposta possivelmente só foi aprovada pelo Congresso devido ao regime de exceção vigente.

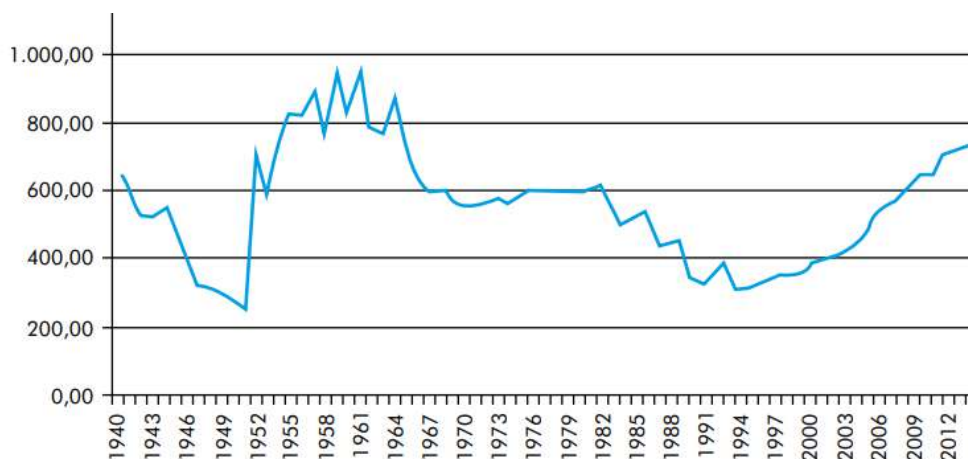
Nessas condições, o êxito da reforma no sentido de aumentar a carga tributária, bem como de promover o desenvolvimento financeiro e econômico do país no período do “milagre”, deve ser creditado tanto à racionalidade das medidas voltadas para esses fins como ao regime autoritário vigente. Dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a de 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistências pela sociedade em um regime democrático (HERMANN, 2005, p.55).

No início da década de 1960 o sistema financeiro brasileiro (SFB) era deveras simples, dotado de poucos tipos de instituições, sendo que apenas os bancos públicos possuíam capacidade de intermediação de longo prazo. A incapacidade de financiamento ficou clara durante o Plano de Metas, onde as fontes principais eram a emissão de moeda aliada à injeção de capital estrangeiro. O problema de deixar o financiamento a cargo das despesas através da emissão de moeda é que num cenário de baixa capacidade ociosa, a emissão apenas irá retroalimentar a corrente inflacionária.

Diante desse cenário, o governo enxergou a necessidade de complementar o SFB, de modo a criar fontes de financiamento, algo indispensável para a continuidade do processo de industrialização. Como os retornos reais dos investimentos de longo prazo eram baixos, a poupança privada não possuía capacidade de fomentar o investimento, de modo que foram criados mecanismos de proteção aos retornos reais dos ativos financeiros (incentivos fiscais

para investimentos a longo prazo, políticas de subsídio de juros e desenvolvimento de fundos de investimento específicos para projetos de infraestrutura e industrialização). Por fim, a reforma financeira também atuou sobre a captação de recursos externos, garantindo segurança e rentabilidade para os ativos financeiros estrangeiros, necessária para o financiamento do processo de desenvolvimento nacional. Talvez o ponto de atuação do PAEG que tenha afetado de modo mais direto a população (e a distribuição) tenha sido o mecanismo de correção salarial. Anteriormente, o mecanismo de correção salarial ocorria pelo “pico” do salário real no período anterior, de modo que o ajuste repunha integralmente a inflação acumulada, pendendo a relação distributiva lucros-salários para o lado dos salários. Na última. Já na proposta de correção apresentada pelo governo, o ajustamento deveria ocorrer levando em consideração a média inflacionária do biênio anterior, acrescida de uma porcentagem dos ganhos de produtividade. Reestruturando os rendimentos gerados pela eficiência econômica através de um mecanismo de ajuste salarial que leva em conta não apenas a inflação, mas também os avanços na produtividade, ocorre uma redistribuição de ativos. Isso se deve ao fato de que os aumentos na eficiência econômica frequentemente surgem de melhorias nos elementos de produção, bem como do esforço dos trabalhadores. Ao ajustar os salários para refletir esses avanços na produtividade, os trabalhadores acabam recebendo uma porção maior da riqueza gerada pela melhoria na eficácia econômica. Isso pode levar a uma distribuição mais equitativa da renda, considerando que os salários são uma fonte fundamental de receita para muitos. Entretanto, a forma como essa redistribuição ocorre pode variar dependendo de diversos fatores, incluindo a estrutura específica do sistema de ajuste salarial, as políticas de emprego e renda em vigor, e até mesmo as dinâmicas do mercado de trabalho. Em algumas circunstâncias, a redistribuição pode beneficiar os trabalhadores com rendimentos mais baixos, ajudando a reduzir a desigualdade de renda. Em outras, os resultados podem ser diferentes, dependendo de como os ganhos na produtividade são distribuídos entre os trabalhadores e os proprietários de capital. Como os reajustes dos salários eram vistos como uma das fontes de alimentação do processo inflacionário brasileiro, fazia sentido para o governo realizar os ajustes pela média do período, mantendo assim estável a relação lucros-salários. Como o salário nominal é fixo ao longo do período, o salário real irá variar ao longo do mesmo de acordo com a evolução da inflação. Caso a inflação se mantenha estável, o salário real também se manterá. Caso a inflação sofra reduções ao longo do período, os salários reais se elevarão e, num cenário de aceleração da inflação, os salários reais serão reduzidos, comparativamente aos do início do período.

Gráfico 1.1: Salário-mínimo real (1940-2014) - Dados do IBGE, referente ao balanço da distribuição de renda



Notas: Deflatores - IPC-SP/Fipe (jul/1940-jan/1944); IPC-RJ/FGV (jan/1944-jan/1948); IGP-C-Mtb (jan/1948-mar/1979); INPC-IBGE a partir de março de 1979. Atualizado em: 21/08/2014.

Fonte: Barone, Ricardo et. al., 2017.

Esse último caso foi justamente o que ocorreu com os salários durante a vigência do PAEG. Em 1964, o período de ajustamento considerou meses de 1962, o ano de 1963 e meses de 1964. Como esse período foi marcado por um elevado crescimento da inflação, os salários reais sofreram perdas graves durante o período. Em 1965, ainda foi levado em conta a inflação de 1964 que foi alta, incorrendo em novas perdas do salário real. Já a partir de 1966, o governo decidiu mudar a fórmula de reajuste, passando a considerar a inflação esperada pelo governo para o período corrente. Nesse mesmo ano, a expectativa do governo era de uma inflação de cerca de 10%, ao passo que a efetiva observada posteriormente foi de 39,1%, ou seja, novas perdas para os salários reais. Vale ainda ressaltar que os aumentos devido à produtividade nunca foram integrais e eram calculados com base em estimativas do governo, sendo essas sempre conservadoras, não sendo suficientes para cobrir as perdas reais.

É vital examinar como o desmantelamento do acordo tripartite¹ afetou a política de revisão do salário-mínimo. A mudança para um modelo em que o salário-mínimo é principalmente ajustado pela inflação tem consequências significativas para os trabalhadores, especialmente em termos de manutenção do poder de compra e qualidade de vida. Portanto, a análise da estratégia adotada pelo governo civil-militar em relação à revisão do salário-mínimo

¹ O **Pacto Tripartite**, ou **Pacto do Eixo**, foi assinado em Berlim em 27 de setembro de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, pelos representantes da Alemanha Nazista, da Itália fascista e do Império do Japão. Este Pacto formalizou a aliança entre os três países, os quais subsequentemente foram chamados de potências do Eixo.

e sua comparação com estratégias anteriores fornecerá abordagens cruciais sobre as prioridades e valores do governo, bem como seu impacto na economia e no bem-estar dos trabalhadores.

Tabela 1.1: Economia Brasileira – síntese de indicadores macroeconômicos – 1964-1973 (médias anuais por período)

Indicadores	Médias 1964-67	Médias 1968-73
Crescimento do PIB (% a.a.)	4,2	11,1
Inflação (IGP dez./dez., % a.a.)	45,5	19,1
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,5	19,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,1	24,6
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	2,7	27,5
Balança comercial (US\$ milhões)	412	0
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	15	-1.198
Dívida externa líquida/Exportação de bens	2,0	1,8

Fonte: Hermann (1964- 1973).

Como podemos observar na tabela 2.1, o PAEG conseguiu reduzir as pressões inflacionárias através das políticas monetárias, fiscais e salariais, obtendo ainda um leve crescimento da economia, entretanto em níveis aquém dos originalmente traçados pelo plano. A elevação da carga tributária, das tarifas públicas, dos juros, bem como as correções monetárias criadas para ativos e contratos (de forma a atrair investimentos), contribuiu negativamente para que o plano não alcançasse tais metas, fossem elas críveis ou não, como apontado por Hermann (2005):

Na prática, o Paeg estabeleceu um mecanismo de seleção de custos que deveriam ser comprimidos, em nome da necessidade de conter o processo inflacionário, e daqueles que deveriam ser preservados, ou mesmo reajustados. No primeiro grupo estavam os salários reais. No segundo, os itens componentes da receita do governo, as tarifas das empresas estatais e os rendimentos reais do setor financeiro e dos rentistas em geral, protegidos pela correção monetária dos ativos e contratos (HERMANN, 2005, p.61).

1.4 – Período 1968-73: o “milagre” econômico

Após assumir o governo em março de 1967, o general Costa e Silva nomeia Delfim Netto como ministro da Fazenda. A política de combate à inflação de modo geral se manteve intacta, porém agora deveria trabalhar em conjunto com políticas de incentivo ao crescimento, o qual obteve taxas modestas durante o período do PAEG. As políticas fiscais e salariais não tiveram muitas mudanças, visto que, do ponto de vista do governo, ambas estavam funcionando

bem: os déficits do governo vinham se reduzindo e a correção salarial continuou seguindo a regra de ajuste de instituída em 1966, de correção pela estimativa inflacionária.

Em 1967, a mudança de governo abre espaço para uma “retirada honrosa” da política econômica de Castello Branco. O grupo de Delfim, que chega ao poder com Costa e Silva em 1967, adota uma postura pragmática na defesa do crescimento econômico, criticando a política anti-inflacionária do PAEG por ignorar a inflação de custos, que tornaria ineficaz a política monetária do plano. A partir deste diagnóstico, Delfim adota uma política monetária e fiscal expansionista, abrindo um inesperado período de crescimento econômico habilmente batizado como “milagre econômico” (BIELSCHOWSKY, 2011, p.230).

Por outro lado, a política monetária passou a assumir um viés mais expansionista, necessário para que houvesse uma retomada no crescimento econômico. Essa expansão, contudo, acabou não gerando pressão inflacionária, e o governo assumiu o papel de controle de preços (tarifas, câmbio, insumos etc.) e das taxas de juros, a fim de minimizar possíveis desvios. O período do “milagre” foi bastante favorecido por essa nova política monetária que expandiu os meios de pagamento e o crédito total.

A partir de 1968 a economia brasileira iniciou um processo de crescimento econômico elevado que perdurou até meados de 1973. No mesmo ano foi “lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), cujas prioridades eram: (1) a estabilização gradual dos preços, (...) (2) o fortalecimento da empresa privada (...) (3) a consolidação da infraestrutura, a cargo do governo; e (4) a ampliação do mercado interno (Hermann, p.64). Dentre esses, o carro chefe dessa nova fase de crescimento foi o desenvolvimento da indústria, em especial a de bens duráveis, numa retomada do processo de complementação da indústria iniciado com o Plano de Metas. Nessa fase, houve intensos investimentos públicos e políticas que visavam atrair o investimento privado.

Tabela 1.2: Taxas de crescimento dos meios de pagamento (M1) e do crédito no Brasil – 1964-1973 (médias por período - % ao ano)

Período	Variação nominal				Variação real (pelo IGP)			
	M1	Créd. ao Set. Públ.	Créd. ao Set. Priv.	Créd. Total	M1	Créd. ao Set. Públ.	Créd. ao Set. Priv.	Créd. Total
1964	81,6	97,6	80,3	87,5	-5,5	2,9	-6,2	-2,4
1965	79,5	70,0	57,5	63,0	33,7	26,6	17,3	21,4
1966	13,8	19,7	33,6	27,2	-18,2	-14,0	-4,0	-8,5
1967	45,7	16,3	57,3	39,7	16,6	-6,9	25,8	11,7
1964-67	52,5	47,1	56,3	52,7	4,8	1,1	7,4	4,9
1968-73	35,7	-0,2	49,3	39,8	13,9	-16,2	25,4	17,4

Fonte: IBGE, *Estatísticas do Século XX*. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 21/fev./2004.

A taxa de crescimento do PIB foi da ordem de 11% ao ano, o que acabou gerando a alcunha de “milagre” para o crescimento do período, conforme aponta Hermann (2005):

Embalada pelo PED, a economia brasileira iniciou, em 1968, uma fase de crescimento vigoroso, que se estendeu e se acelerou até 1973. O “milagre” realizado nesse período foi a combinação desse crescimento com a redução das taxas de inflação e com a total eliminação dos déficits do balanço de pagamentos — aliás, convertidos em superávits. Essa façanha foi tornada possível por dois grupos de fatores: de um lado, atuaram algumas condições econômicas e políticas favoráveis e, de outro, a habilidade do governo no aproveitamento das oportunidades que essa conjuntura oferecia (HERMANN, 2005, p.69).

Uma das contradições mais significativas do "milagre econômico" foi sua surpreendente oposição às principais teorias da época, especialmente à Curva de Phillips (CP). Essa teoria estabelecia uma relação inversa entre desemprego e inflação, sugerindo que em períodos de crescimento econômico, com baixo desemprego, a inflação tenderia a aumentar devido à maior demanda por salários e matérias-primas. Em outras palavras, a CP indicava que em momentos de alto emprego (baixo desemprego), a inflação seria alta. Essa teoria sugere uma relação inversa entre inflação e desemprego: quando a inflação aumenta, o desemprego tende a diminuir, e vice-versa. No contexto brasileiro do "milagre econômico", onde houve um rápido crescimento econômico acompanhado de aumento da inflação, a teoria da Curva de Phillips seria aplicável. No entanto, é importante considerar que essa relação pode ser influenciada por diversos fatores específicos do contexto nacional. No caso brasileiro, o governo exercia muito controle sobre os principais custos de produção, como insumos, juros e salários. Além disso, a economia do país possuía uma capacidade ociosa significativa, herdada de períodos anteriores, o que afetava a dinâmica da curva de Phillips (Investopedia, 2023). A relação entre inflação e

desemprego, conforme descrita pela CP, é frequentemente representada graficamente, mostrando uma curva descendente que ilustra a relação inversa entre esses dois fatores. Portanto, se o Brasil experimentou crescimento econômico durante o período do "milagre", acompanhado de aumento da inflação, isso estaria alinhado com as previsões da Curva de Phillips. Dentre as razões que explicam por que a CP não se mostrava verdadeira no caso brasileiro, podemos apontar que o governo controlava os principais custos de produção (insumo, juros, salários etc.), e a capacidade ociosa da economia, herdada de períodos anteriores, o que acabava comprimindo a curva. A relação entre a taxa de inflação e o desemprego, como explicada pela Curva de Phillips (CP), é frequentemente ilustrada graficamente na economia, mostrando uma tendência descendente que reflete a relação inversa entre esses dois fatores.

Como pudemos analisar ao longo do capítulo, as décadas de 1950 e 1960 foram deveras conturbadas, tanto política quanto economicamente para o Brasil. Enquanto o governo JK obteve êxito em atualizar e expandir a indústria nacional através da continuidade da política de substituição de importações iniciada por Vargas, a agitação política que se sucedeu com a renúncia de Jânio Quadros e seu vice Jango assumindo a vacância na presidência gerou um caos político que em última instância acarretou na quebra do regime político via associação de agentes civis e militares.

Com a missão de trazer estabilidade tanto política quanto econômica, o novo regime tratou de instaurar o PAEG, um plano de ação que contava com reformas fiscais, monetárias e financeiras, com a finalidade de aperfeiçoar a estrutura econômica do país, fazendo com que a inflação reduzisse e a economia voltasse a crescer. A partir de 1967 os frutos do PAEG floresceram, e os dados indicavam que os objetivos iniciais haviam sido cumpridos.

Embora a economia estivesse num ritmo acelerado – e aparentemente estável – de crescimento, nem tudo foram flores no período 1968-73: no âmbito sociopolítico houve uma radicalização do regime autoritário com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o que expandiu os poderes dos militares ao, dentre outras coisas, limitar as fronteiras de atuação do Congresso. Em 1971, após a divulgação dos dados do censo de 1970, foi trazido à tona que mesmo diante de taxas de crescimento elevadíssimas, a desigualdade de renda havia crescido durante a última década. O “bolo” havia crescido, porém não estava sendo repartido entre todos, de modo que o governo civil-militar, buscando explicações para o porquê desse aumento da desigualdade, solicitou junto ao economista Carlos Langoni um estudo técnico que anuísse com as decisões econômicas tomadas pelo regime.

CAPÍTULO 2: A “TESE OFICIAL” DO GOVERNO DITATORIAL: LANGONI ENTRA EM CENA

Quando os militares assumiram o governo em 1964, um dos principais argumentos utilizados para legitimar o novo regime era de que os militares teriam conhecimento técnico para retomar o crescimento da economia (Vasconcelos, 2013). Diante de um cenário de estagflação, os militares buscaram estabilizar a inflação bem como propor políticas que propiciassem a retomada do crescimento econômico, objetivo esse que veio a ser alcançado durante o período 1968-73, no que ficou conhecido como o “milagre” econômico brasileiro. Considerando os anos iniciais do governo civil-militar, embora o regime fosse visto com bons olhos por parte da população e do empresariado, era necessário que, para manter a legitimidade, o governo atuasse de modo a recuperar a economia e não trazer perdas para aqueles que lhes apoiavam.

No início da década de 1970, após a divulgação dos dados preliminares do censo de 1970, embora a economia estivesse em franco crescimento, foi revelado que houvera também um aumento da desigualdade de renda na última década (Barros, Foguel e Ulyseia, 2006). Embora a renda média tenha crescido para todos os decis, apenas o decil superior obteve variação positiva na participação da renda, como podemos observar na tabela 2.1.

Tabela 2.1: Comparação da Distribuição da Renda dos anos de 1960 e 1970

Percentil	Porcentagem da Renda			Renda Média (em Cr\$ de 1970 por mês)			Renda Relativa		
	1960	1970	1960/70 (em %)	1960	1970	1960/70 (em %)	1960	1970	1960/70 (em %)
10-	1,17	1,11	-5,13	25,00	32,00	28,00	0,12	0,11	-
10	2,32	2,05	-11,64	48,00	58,00	20,83	0,23	0,20	-13,04
10	3,42	2,97	-13,16	71,00	84,00	18,31	0,34	0,30	-11,80
10	4,65	3,88	-16,55	96,00	110,00	14,58	0,46	0,39	-15,22
10	6,15	4,90	-20,32	127,00	139,00	9,45	0,61	0,50	-18,04
10	7,66	5,91	-22,75	158,00	168,00	6,33	0,77	0,60	-28,33
10	9,41	7,37	-21,68	195,00	210,00	7,69	0,94	0,74	-21,28
10	10,85	9,57	-11,80	225,00	272,00	20,89	1,08	0,96	-10,20
10	14,69	14,45	-1,64	305,00	411,00	34,75	1,48	1,46	1,35
10+	39,66	47,79	20,50	815,00	1360,00	66,87	3,95	4,82	22,02
5+	27,69	34,86	25,90	1131,00	1984,00	75,42	5,49	7,03	28,05
1+	12,11	14,57	20,32	2389,00	4147,00	73,59	11,60	14,70	26,72
40-	11,57	10,00	-13,57	60,00	71,00	18,33	0,29	0,25	-13,80
20	13,81	10,81	-21,73	142,00	153,00	7,74	0,68	0,55	-19,12
40+	74,62	79,19	6,13	385,00	563,00	46,23	1,86	1,99	6,99
Total	100,00	100,00	-	206,00	282,00	36,89	-	-	-

Fonte: Langoni (1973) citado por Barone; Bastos e Mattos, 2015, p.2.

Uma análise aprofundada do censo de 1970 revela que ambos os índices de Gini e Theil² indicavam uma piora na distribuição de renda no decorrer da década (Tabela 2.2), o que a princípio poderia ser visto como um indicativo de que a atuação econômica do governo estava aquém da proposta. É importante ressaltar que esses índices são medidas de desigualdade, indicando que quanto maior o índice, mais desigual é a distribuição de renda.

Tabela 2.2: Variação dos índices de concentração (1960/70)

ÍNDICES	1960	1970
GINI	0,4999	0,5684
GINI*	0,5570	0,6049
THEIL	0,4694	0,5802
THEIL*	0,6442	0,7267

Fonte: Langoni, 1973

Um artigo de 1972 escrito por Albert Fishlow, intitulado “*Brazilian Size Distribution of Income*” foi um dos primeiros e principais trabalhos a apontarem as políticas econômicas do governo ao longo da década de 1960 como responsáveis pelo aumento da desigual distribuição de renda no Brasil. Num cenário de extrema instabilidade política, a ideia da incapacidade do governo de lidar com a economia poderia ser um baque, o que poderia lhes fazer perder apoio das classes que lhes davam sustentação. As camadas que sustentavam o governo, majoritariamente, eram as classes privilegiadas. O aumento da disparidade de renda poderia, de fato, minar esse respaldo das elites dominantes ao governo. Quando as políticas econômicas contribuem para uma distribuição de renda mais desigual, as classes abastadas podem começar a questionar a eficácia e a legitimidade do governo, especialmente se perceberem que suas próprias posições de poder e riqueza estão em risco. Assim, a concentração de renda poderia afetar consideravelmente o apoio das classes dominantes ao governo, especialmente em meio a uma conjuntura de instabilidade política.

Como forma de corroborar a ideia de que as políticas econômicas do governo estavam no caminho correto, foi solicitado um estudo ao economista Carlos Geraldo Langoni³, que

² O Índice de Theil pode ser decomposto em duas partes específicas: uma medida de desigualdade “entre grupos” e uma outra que se refere à disparidade “dentro dos grupos”. Por outro lado, a decomposição do Índice de Gini é bem mais elaborada, pois faz a inclusão de um componente que se relaciona a interseção dos grupos (Matos, 2005).

³ Langoni foi escolhido devido à sua formação acadêmica e experiência em economia, especialmente por ter recentemente obtido seu doutorado na Universidade de Chicago, conhecida por sua abordagem econômica liberal. Além disso, seus artigos anteriores sobre temas relevantes para a economia brasileira, como a rentabilidade dos investimentos em educação e as causas do crescimento econômico no país, o tornaram uma escolha natural para realizar o estudo requisitado. Sua capacidade de fundamentar argumentos com base em sua pesquisa anterior e sua compreensão das teorias econômicas contemporâneas o tornaram um candidato ideal para explicar as políticas econômicas do governo e sua relação com a desigualdade de renda.

deveria explicar o aumento da desigualdade, bem como por que isso seria natural do ponto de vista econômico e seria errôneo por parte do governo atuar de modo a combater o mesmo, sem que isso afetasse as taxas de crescimento do PIB. A escolha por Langoni não foi mero acaso: tendo recém obtido o seu título de doutorado em economia na Universidade de Chicago, ele havia escrito artigos sobre “*A rentabilidade social dos investimentos em educação no Brasil*” e sobre “*As causas do crescimento econômico no Brasil*”, os quais viriam a servir como base argumentativa para o trabalho que lhe foi solicitado (Barros; Foguel e Ulyssea, 2006)

O trabalho elaborado por Langoni viria a ser publicado de forma definitiva em 1973 sob a forma de um livro intitulado “*Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*”, tendo como ponto central o argumento de que fora o próprio êxito do processo de desenvolvimento o responsável pelo aumento da desigualdade no período. Segundo o autor, o aumento da desigualdade seria resultado de mudanças provocadas pelo processo de crescimento em algumas variáveis explicativas, sendo as mais importantes: educação, idade gênero, região e setor. Seriam as mudanças naturais sofridas pela população ao longo da década de 1960 que levariam a alterações nestas variáveis e, conseqüentemente, levariam a alterações na distribuição de riquezas.

Dentre os opositores ao regime, porém, havia aqueles que descredibilizavam essa tese, que acreditavam que ela não era nada satisfatória. Para eles, o fato de Langoni ter sido contratado pelo governo para analisar os resultados do censo de 1970, aliado ao fato de seus resultados mostrarem exatamente aquilo que o regime precisava para reforçar que a economia estava caminhando na direção correta, demonstravam o viés de sua obra.

Buscando jogar luz às fragilidades da obra de Langoni, Ricardo Tolipan e Arthur Tinelli organizaram uma coletânea em 1975 que até hoje é referência no debate acerca da distribuição do produto durante o período do “milagre” econômico. A coletânea veio a ser publicada sob a forma do livro “*A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil*”, que “discute teórica e empiricamente a questão da distribuição de renda e sua relação com o desenvolvimento econômico” (Malta, 2011, p.209). O livro foi dividido em diversos capítulos, tratando de temas como o contexto histórico da formação econômica do Brasil, conceitos básicos de partilha do produto e, principalmente, análises críticas sobre os resultados divulgados por Langoni.

Uma das virtudes da obra foi conseguir reunir dentre os autores, jovens pertencentes às mais diversas escolas de pensamento econômico. O fato de perfis tão diferentes chegarem em um consenso negativo acerca da tese oficial reforçava a ideia de unilateralidade (parcialidade) do trabalho realizado por Langoni.

2.1 – A metodologia de Langoni

Trabalhando em uma obra encomendada pelo governo, Langoni teve privilégios que os demais economistas de época, principalmente aqueles opositores ao regime, não tiveram: amplo acesso às bases de dados governamentais. Além de ter acesso antecipado aos dados preliminares do censo de 1970, Langoni também teve acesso aos dados do imposto de renda (IR) e da “Lei dos 2/3”⁴. Embora ambas as bases fossem mais simples do que as do censo, elas permitiram que Langoni, ao desconsiderar algumas incompletudes, pudesse analisar os resultados do censo sob um outro prisma. A base de dados do Imposto de Renda (IR) é considerada menos abrangente se comparada à do censo, devido à sua natureza mais específica e direcionada. Enquanto o censo abarca toda a população de um país e coleta uma ampla gama de informações demográficas, socioeconômicas e culturais, a base do IR se concentra nos contribuintes obrigados a declarar seus rendimentos ao governo. Embora a base do IR forneça detalhes financeiros e fiscais mais abrangentes sobre os contribuintes individuais, ela representa uma amostra menor da população em comparação com o censo. Isso se deve ao fato de que nem todos os indivíduos estão sujeitos à obrigação de declarar imposto de renda, especialmente aqueles com renda mais baixa ou isentos de tributação. Como a população que recebia menos de Cr\$ 420 ao mês era isenta do pagamento do IR, essa base logo de cara desconsiderou os dados dos percentis de renda inferiores. Já os dados obtidos via Lei dos 2/3 eram limitados uma vez que se restringiam aos salários registrados via CLT, ignorando aqueles que recebiam um salário inferior ao mínimo da época e mesmo aqueles salários obtidos através do trabalho informal. Por desconsiderarem os percentis inferiores, ambas as bases, comparativamente aos dados do censo, apresentavam níveis de renda média maiores e grau de desigualdade inferiores.

É importante ressaltar que os dados utilizados pelos autores da coletânea de Tolipan e Tinelli foram os mesmos utilizados por Langoni, os dados do censo de 1970. Por não possuírem, porém, acesso aos dados do imposto de renda e nem da Lei dos 2/3, os autores admitiram, em certa medida, os dados apresentados por Langoni, porém trataram de eliminar os vieses apresentados pelo autor ao longo da obra. Essa legislação estabelecia uma norma específica para a divisão dos rendimentos do trabalho. Ter acesso a esses dados permitiria aos pesquisadores obter uma compreensão mais abrangente e precisa da distribuição de renda durante o período analisado. A Lei dos 2/3 exigia que pelo menos dois terços dos salários pagos

⁴ A Lei dos 2/3 se refere a dados que descendem de uma distribuição de rendimentos dos assalariados urbanos sob o regime da CLT (Malan; Wells, 1973).

pelas empresas fossem destinados aos trabalhadores, o que poderia influenciar consideravelmente a distribuição de renda entre os diferentes grupos sociais. Essa diferenciação quanto à liberação dos acessos aos dados, por parte do governo, mostra em certa medida que o governo não estava preocupado em fazer uma análise imparcial, aquela onde os dados são divulgados para que os pares possam replicar ou refutar os resultados de uma tese. O objetivo do governo com esse trabalho era puramente político-econômico, e não científico.

Apesar das inconsistências, Langoni, porém considerou interessante prosseguir com a análise de ambas as bases pois o IR permitiu identificar os rendimentos de capital, o que apontou que a distribuição de salários era bem mais equânime do que a distribuição dos rendimentos de capital físico. A análise de Langoni indica que a distribuição de salários era mais equilibrada em comparação com a distribuição dos ganhos de capital físico. Isso sugere que o elemento do capital era um dos principais contribuintes para a desigualdade durante o período em questão. Portanto, Langoni reconhece que os rendimentos de capital desempenhavam um papel significativo na perpetuação da disparidade econômica naquela época. Já a Lei dos 2/3, por outro lado, permitiu desagregar os salários nominais registrados em diferentes subsetores das atividades secundárias e terciárias, possibilitando uma análise mais profunda sobre os ganhos salariais de diferentes atividades urbanas. Langoni separou as atividades industriais entre tradicionais e modernas, identificando que os salários das indústrias modernas eram superiores aos das tradicionais.

Conforme delineado pelo autor, as indústrias tradicionais são aquelas que operam com tecnologias menos avançadas e não requerem uma mão de obra altamente especializada, preferindo aproveitar ao máximo os recursos disponíveis em abundância. Estas indústrias tipicamente se concentram na utilização de recursos de produção amplamente disponíveis. Por exemplo, o setor têxtil, que produz tecidos e roupas utilizando processos e equipamentos mais simples. Outro exemplo seria o ramo alimentício, que se dedica à fabricação de alimentos processados, como enlatados e produtos de padaria, frequentemente utilizando métodos de produção convencionais. Adicionalmente, a fabricação de móveis se enquadra nesse perfil, empregando técnicas tradicionais de marcenaria e materiais como madeira maciça. Da mesma forma, o setor de calçados produz calçados por meio de métodos convencionais e materiais como couro e borracha. A indústria cerâmica também exemplifica esse tipo de indústria, fabricando cerâmica e outros produtos similares utilizando métodos de modelagem tradicionais e fornos comuns.

Devido à sua menor exigência de tecnologia avançada e mão de obra altamente especializada, as indústrias convencionais enfrentam uma competição mais acirrada em

comparação com as indústrias contemporâneas. Isso ocorre porque as indústrias contemporâneas demandam muita sofisticação tecnológica e mão de obra especializada, o que acaba elevando as barreiras de entrada e permanência no mercado. Em contrapartida, as indústrias tradicionais não apresentam barreiras de entrada tão elevadas.

Uma outra complicação que Langoni teve quanto aos dados foi que a metodologia utilizada nos censos de 1960 e 1970 eram diferentes, o que tornava impossível num primeiro momento a comparação entre os dados do período. Para dar continuidade ao trabalho, Langoni precisou tratar os dados da renda de 1960, de modo a torná-los “comparáveis” aos dados de 1970.

Para tal, o autor ajustou as oito classes de renda de 1960 através da taxa acumulada de inflação no período 1960-1970 (353,7%) bem como pela taxa de crescimento da renda real “per capita” do mesmo período (34%). Por fim, em posse dos dados individuais de 1970, foi capaz de encontrar a renda média de 1970 e, aplicando a relação renda média efetiva/limite de renda sobre os limites de classe de 1960, obter as rendas médias efetivas para classe de renda em 1960.

Tendo se formado na Universidade de Chicago, Langoni possuía uma visão mais marginalista dos preceitos econômicos e trouxe o conceito de capital humano para o centro de sua análise. Segundo a teoria do capital humano (TCH), os salários seriam relacionados à produtividade marginal do trabalho, sendo esta determinada pelo nível de instrução do indivíduo. Segundo Barone:

A teoria do capital humano se restringe, assim, a explicar a distribuição pessoal da renda de forma harmoniosa, a partir de atributos específicos dos indivíduos, sem levar em consideração os limites e as possibilidades de cada classe social em reservar para si uma fração da riqueza socialmente criada (BARONE, 2017, p.10).

Em posse desse conjunto de dados, Langoni elaborou uma análise das variâncias baseada em regressões log-lineares, onde a variável dependente (log da renda individual) seria explicada através de cinco variáveis, três alocativas (educação, idade, gênero) e duas qualitativas (região e setor). A escolha dessas variáveis ocorreu pois durante suas tentativas de desagregar os dados do censo em diferentes grupos, estas variáveis foram as que mais impactaram na determinação individual da renda. Cada uma dessas variáveis fora tratada como *dummy* no modelo, isto é, foi aplicado o valor de 0 no caso da sua ausência e o valor de 1 na sua existência. A vantagem de tal método era poder identificar a variação e relevância (log-linear) que cada variável teria individualmente na determinação da renda. Utilizando o método

dos mínimos quadrados, o modelo assume ainda uma constante β_0 , que define em log a renda dos indivíduos analfabetos; no setor primário; com mais de 70 anos; na região Norte e Centro-Oeste e do sexo feminino. Sendo a constante o ponto de partida, as variáveis *dummies* indicam o acréscimo marginal de renda proporcionado por cada uma delas. O modelo é representado pela fórmula:

$$\text{Log. } Y_h = \beta_0 + \sum_{i=1}^4 \beta_{1i} E_{i,h} + \sum_{j=1}^{42} \beta_{2j} A_{j,h} + \sum_{k=1}^8 \beta_{3k} I_{k,h} + \sum_{l=1}^5 \beta_{4l} R_{l,h} + \beta_5 S_{1,h} + \epsilon_h, \text{ onde:}$$

Y_h = renda individual

β_m = coeficiente a serem estimados de cada variável ($m^5 = 0, 1, \dots, 5$)

$E_{i,h}$ = educação (E_2 = primário, ..., E_5 = superior)

$A_{j,h}$ = atividade (A_2 = secundário, A_3 = terciário)

$I_{k,h}$ = idade ($I_1 = 10/14$, ..., $I_8 = 60/69$)

$R_{l,h}$ = região ($R_1 = \text{GB/RJ}$, $R_2 = \text{SP}$, ..., $R_6 = \text{RON, AC, AM, RR, PA, AM, MT, GO, DF}$)

$S_{1,h}$ = sexo (S_1 = masculino)

ϵ_h = perturbações aleatórias

Segundo Langoni, o seu modelo seria mais adequado para analisar as diferenças salariais do que da renda, uma vez que a última inclui também a remuneração do capital físico. Porém, ao assumir que o capital físico é adquirido em certa medida através da remuneração salarial (desconsiderando toda a apropriação prévia de capital), o autor assume que existe uma relação entre ambos, havendo assim uma ligação entre a renda (capital humano + físico) e os salários.

2.2 – Os resultados de Langoni

Sendo uma importante componente na determinação da renda, a análise inicial de Langoni se concentra na determinação do salário real no decorrer da década. O autor observa que os salários reais estavam numa decrescente antes mesmo da política de correção salarial entrar em vigor, e que esta seria pontual com a finalidade de corrigir uma inflação anormal no período.

Após desagregar os dados do censo de 1970, Langoni observa que há uma maior participação da renda no setor urbano frente a 1960, o que é condizente com o processo de industrialização e desenvolvimento que vinha ocorrendo. O setor primário teve uma redução de

⁵ Variável que assume valores de 0 a 5, ou seja, uma variável discreta que pode assumir seis valores distintos: 0, 1, 2, 3, 4 ou 5.

14% na participação relativa da PEA, enquanto o secundário teve um aumento de 29% (o terciário se manteve mais ou menos no mesmo nível de participação). Ao analisar a variação na participação da renda em 1970, fica ainda mais claro a perda de importância do setor primário que teve um decréscimo de 32% comparado à 1960, contra um aumento quase que na mesma proporção no setor secundário, na casa dos 32%. O aumento do parque industrial urbano acabou por absorver um elevado contingente populacional rural que migrou para as cidades, gerando uma elevada oferta de mão de obra. Com uma maior parcela da população economicamente ativa (PEA) presente nas cidades, seria normal o aumento na participação da renda deste grupo. (Langoni 73, p.82)

Complementando esse movimento setorial, houve também um aumento na participação da renda na região II (SP) e uma diminuição considerável nas regiões IV (ES e MG) e V (Nordeste), fortemente impactado pelo fluxo migratório interno, a diminuição na demanda de mão de obra no setor primário e pela expansão do parque industrial urbano, este último bastante forte em SP. A variação na participação na PEA e na renda (e no aumento da desigualdade) de SP foi tão mais superior as outras, que afetou consideravelmente a distribuição de renda a nível nacional. (Langoni 73, p.83).

Tabela 2.3: Comparação da distribuição entre as variáveis entre 1960 e 1970

COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA 1960/1970

Percentil	% DA RENDA			RENDA MÉDIA (em Cr\$/por mês/70)			RENDA RELATIVA		
	1960	1970	1960/1970 (em %)	1960	1970	1960/1970 (em %)	1960	1970	1960/1970 (em %)
10-	1,17	1,11	- 5,13	25,	32,	+ 28,00	,12	,11	-
10	2,32	2,05	- 11,64	48,	58,	+ 20,83	,23	,20	- 13,04
10	3,42	2,97	- 13,16	71,	84,	+ 18,31	,34	,30	- 11,89
10	4,65	3,88	- 16,55	96,	110,	+ 14,58	,46	,39	- 15,22
10	6,15	4,90	- 20,32	127,	139,	+ 9,45	,61	,50	- 18,04
10	7,66	5,91	- 22,75	158,	168,	+ 6,33	,77	,60	- 28,33
10	9,41	7,37	- 21,68	195,	210,	+ 7,69	,94	,74	- 21,23
10	10,85	9,57	- 11,80	225,	272,	+ 20,89	1,08	,96	- 10,20
10	14,69	14,45	- 1,64	305,	411,	+ 34,75	1,48	1,46	+ 1,35
10+	39,66	47,79	+ 20,50	815,	1.360,	+ 66,87	3,95	4,82	+ 22,02
5+	27,89	34,86	+ 25,90	1.131,	1.984,	+ 75,42	5,49	7,03	+ 28,05
1+	12,11	14,57	+ 20,32	2.389,	4.147,	+ 73,50	11,60	14,70	+ 26,72
40-	11,57	10,00	- 13,57	60,	71,	+ 18,33	,29	,25	- 13,60
20	18,81	10,81	- 21,73	142,	153,	+ 7,74	,68	,55	- 19,12
40+	24,62	29,19	+ 6,13	385,	563,	+ 46,23	1,86	1,99	+ 6,99
TOTAL	100	100	-	206,	282,	+ 36,89			

a) — Estimada a partir das classes equivalentes de renda. Veja o texto para descrição da metodologia. b) — o índice de preços utilizado foi o deflator implícito do PIB cuja variação acumulada entre 1970/1960 foi de 353,7% (Conjuntura Econômica, volume 25 nº 9, 1971, pág. 92, Quadro 1).

Fonte: Langoni (1973)

Houve também uma mudança qualitativa na composição da força de trabalho decorrente do processo de desenvolvimento da década de 1960. As variáveis sexo e idade dependem em grande parte das características demográficas da população, embora políticas públicas possam indiretamente afetá-las. Já a variável educação possui importante componente exógena, visto que a oferta de educação no Brasil é, em sua maioria, ofertada pelo setor público. A educação

admite ainda uma parcela (menor) endógena, uma vez que os trabalhadores adquirem conhecimento através da repetição de sua atividade (*learning by doing*) e de treinamentos específicos fornecidos pela empresa, numa tentativa de aumentar a sua produtividade. (Langoni 73, p.84)

As elevadas taxas de crescimento do setor industrial, decorrente do processo de desenvolvimento econômico incorre numa maior demanda por oferta de mão de obra, o que abre espaço para que jovens e mulheres adentrem no mercado de trabalho. Inicialmente, ambos os grupos marcam presença em ocupações de baixa complexidade e níveis salariais devido a sua diminuta produtividade.

Para Langoni, os incrementos de produtividade do trabalhador viriam principalmente via adição de anos de estudo. Ora, como os jovens se encontram em idade escolar, existe um custo de oportunidade entre ingressar cedo no mercado de trabalho, com uma produtividade e salário mais baixo, ou ficar mais tempo estudando e ingressar tardiamente no mercado de trabalho. Os jovens provenientes de famílias nos decis superiores de renda podiam se dar ao luxo de ingressarem tardiamente, visto que sua rede familiar lhe asseguraria o provento durante esses anos “extras” de estudo. (Langoni 73, p.85).

Durante a década de 1960, houve uma mudança notável na composição da força de trabalho devido ao processo de desenvolvimento. Houve um aumento significativo na entrada de jovens e mulheres no mercado de trabalho, juntamente com um aumento nos níveis de educação em todos os setores. As variáveis de gênero e idade estão fortemente ligadas às características demográficas da população, embora intervenções governamentais possam ter um impacto indireto sobre elas. Em contrapartida, a variável educação possui um componente significativo de origem externa, uma vez que a provisão educacional no Brasil é majoritariamente realizada pelo setor público. Além disso, a educação também possui um componente de origem interna, pois os trabalhadores adquirem conhecimento por meio da prática em seus empregos e de treinamentos fornecidos pelas empresas para aumentar sua produtividade.

O aumento da demanda por mão de obra devido ao crescimento do setor industrial durante o desenvolvimento econômico permitiu que jovens e mulheres ingressassem no mercado de trabalho em grande quantidade. Inicialmente, ambos os grupos ocupavam principalmente posições de baixa complexidade e recebiam salários mais baixos devido à sua menor produtividade. Segundo Langoni, o aumento da produtividade dos trabalhadores seria alcançado principalmente por meio de anos adicionais de estudo. No entanto, os jovens enfrentavam um dilema entre ingressar precocemente no mercado de trabalho, com menor produtividade e salários mais baixos, ou permanecer mais tempo na escola e entrar no mercado

de trabalho mais tarde. Jovens de famílias mais abastadas poderiam postergar a entrada no mercado de trabalho, pois suas famílias garantiriam o sustento durante esses anos adicionais de estudo. Esse fenômeno explica por que a maioria dos jovens ingressou no mercado de trabalho em posições de baixa produtividade e renda (Langoni, 1973, p. 85). Qualitativamente falando, a educação teria um grande impacto na determinação da renda do indivíduo, uma vez que ela propiciaria um nível de produtividade (e especialização) mais elevada, o que estava sendo bastante demandado no mercado de trabalho. Em termos qualitativos, a educação tem um impacto crucial na determinação do ganho de um indivíduo, pois aumenta sua eficácia e especialização, satisfazendo a crescente demanda por essas habilidades no mercado de trabalho. No entanto, é importante observar que tanto a educação quanto a experiência profissional podem contribuir para o aprimoramento da produtividade e, conseqüentemente, da remuneração. Enquanto a educação fornece conhecimentos teóricos e práticos que melhoram o desempenho no trabalho, a vivência no ambiente profissional permite ao trabalhador adquirir habilidades específicas, conhecimento prático e a capacidade de enfrentar situações reais do cotidiano laboral. Juntos, tanto a educação quanto a experiência profissional podem impulsionar o crescimento profissional e ampliar as oportunidades de progresso na carreira, resultando em uma renda mais substancial para o indivíduo. Comparado a 1960, os analfabetos tiveram perda de participação na PEA na ordem de 24%, enquanto todos os outros estratos (primário, ginásio, colegial e superior) tiveram um aumento de participação, com destaque para o colegial e o superior (96% e 79%, respectivamente). A diminuição da presença de analfabetos na População Economicamente Ativa (PEA) pode ter diversas razões. Uma possível explicação é a redução do índice de analfabetismo no país ao longo do tempo, o que pode ter reduzido o número de pessoas sem instrução disponíveis para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, é plausível que os analfabetos tenham perdido espaço na PEA devido à evolução das exigências do mercado de trabalho, que cada vez mais valoriza a educação e competências específicas. Por outro lado, o aumento da participação de grupos com diferentes níveis educacionais na PEA sugere uma maior inclusão desses estratos no mercado de trabalho, possivelmente devido a um aumento na oferta de educação e oportunidades de emprego qualificado. Os grupos com maior crescimento na participação da renda, como colegial e superior, também podem ter se beneficiado de salários mais altos associados a empregos que demandam maior formação educacional.

Esses dois últimos grupos foram também os que tiveram maior crescimento na participação da renda, com 84% e 99%, frente uma queda de 44% para os analfabetos. Embora

a renda média tenha crescido para todos os extratos, a distribuição do produto estava bastante desigual.

2.2.1. Dificuldades na Análise da Disparidade de Renda: avaliação crítica do modelo de Langoni, e a complexidade das variáveis socioeconômicas

Para Langoni, a variável educação era aquela com o maior poder de explicação da diferenciação de renda assim, Malan e Wells (1975) trataram de esmiuçar os resultados do autor. Após analisar profundamente a obra, ambos atestaram sobre a incapacidade da variável educação de explicar satisfatoriamente como se dava o processo de crescimento da desigualdade de renda. Ao identificarem que as maiores variâncias nos diferenciais de renda ocorriam entre grupos de indivíduos que possuíam o mesmo nível de escolaridade, o modelo de Langoni perdia seu poder explicativo, uma vez que sua tese principal repousava justamente na importância da educação na determinação da renda. Se existe essa diferenciação entre os indivíduos, isso significa que os salários não são definidos simplesmente através da produtividade do trabalho, existiria assim um outro fator oculto na análise de Langoni que afetaria a definição do salário. Segundo os autores:

(...) acreditar na expansão apropriada da oferta como “solução” para o longo prazo é seriamente discutível, e por várias razões, mas deveríamos mencionar aqui uma em particular, derivada dos dados empíricos do próprio Langoni. Com efeito, do aumento da variância total da renda entre 1960 e 1970 “explicado” pela variável educação, 35% são devidos simplesmente a mudanças na composição educacional da força de trabalho, 23% a mudanças na renda relativas entre diferentes níveis de educação e 42% à crescente desigualdade na distribuição para um nível de escolaridade; isto é, a educação é uma importante variável explicativa principalmente devido à crescente diferenciação da renda entre indivíduos com o mesmo nível de educação. E é precisamente sobre esse fenômeno que o mecanismo de oferta e procura é incapaz de dizer qualquer coisa, e que, não obstante o otimismo de Langoni, pode persistir e intensificar-se a longo prazo (Malan; Wells, 1975, p. 249).

Ainda, na existência dessa diferenciação de renda, seria questionável que realmente haveria uma expansão orgânica da oferta de mão de obra qualificada, já que os ganhos de renda provenientes do maior nível de escolaridade não seriam tão precisos quanto os ditos pelo modelo.

Segundo Wells (1975), “a relação observada entre educação (...) e salários acima da média apenas descreve a situação, em nenhum momento analisa-a” (1975, p. 197). A análise fica comprometida pois parte da premissa de que seria possível de algum modo calcular com algum nível de exatidão a produtividade dos trabalhadores, o que não é verdade. A própria política do governo de correção salarial tinha problemas em definir os ganhos de produtividade

dos trabalhadores, sendo que os cálculos oficiais sempre as subestimavam. Essa imprecisão tornaria assim extremamente difícil relacionar corretamente educação, produtividade e rendimentos dentro de um mesmo escopo.

Wells enxergava ainda um viés normativo no trabalho de Langoni, ao justificar que os indivíduos de maiores rendas a “merecem” devido a uma subjetiva maior “contribuição para a sociedade”. A pobreza seria fruto da própria ignorância do trabalhador.

O modelo econométrico de Langoni também possuía uma grande falha estrutural na sua construção, uma vez que desconsidera as possíveis colinearidades entre as suas variáveis explicativas. O problema da colinearidade é que sua existência afeta a relação entre as variáveis, dificultando a análise dos seus efeitos sobre a renda. O próprio Langoni admitiu a existência de relações de dependência entre duas ou mais de suas variáveis, porém minimizou os seus efeitos ao constatar que “mesmo a este nível de desagregação, o fator educação continuou sendo sistematicamente a variável que mais contribui para as diferenças observadas de renda” (Langoni, 1973, p. 154). Devido às dificuldades de estimar os níveis de colinearidade⁶ não só para 1970, mas também para 1960, Langoni optou por desconsiderar seus efeitos. Sua confiança na variável educação era tão grande, que ele acreditava que ela seria suficiente para contornar os problemas de colinearidade

Através da sua análise do conjunto de dados, Langoni chegou ao resultado encontrado na tabela 2.4, onde descobriu que dentre as cinco variáveis, o fator educação foi a que mais teria contribuído para o aumento da desigualdade no período abordado.

Tabela 2.4: Contribuição marginal e total da renda 1960 - 1970

⁶ Expressão da relação entre duas (colinearidades) ou mais (multicolinearidade) variáveis independentes (USP, 2024).

RENDA MÉDIA DO SETOR URBANO 1960/1970
(em Cr\$ por mês/1970)

PERCENTIL	1960*	1970	1970/60
40 -	87	102	+ 17,24
10	185,	193	+ 4,32
10	203,	232,	+ 14,28
10	250,	283,	+ 13,20
10	314,	398,	+ 26,75
10	402,	574,	+ 42,79
10*	1 030,	1 688,	+ 63,88

* o deflator utilizado é o Deflator Implícito do PIB

Fonte: Langoni (1973)

O ponto principal defendido por Langoni é de que essas cinco variáveis (capital humano, educação, desenvolvimento econômico, acumulação do capital e diferenças salariais) em conjunto atuaram de modo a tornar a distribuição de renda mais desigual. Enquanto em 1960 o conjunto correspondia a 51% das diferenças salariais encontradas, em 1970 já correspondiam por 59% das diferenças. Esse aumento corrobora a ideia de que “a proporção da renda atribuída à acumulação do capital humano tende a aumentar com o desenvolvimento econômico” (Langoni, 1970, p.111).

Sendo a variável educação a responsável pela maior variação salarial, Langoni observa que isso é condizente com a Teoria do Capital Humano (TCH), uma vez que, dada a inelasticidade de curto e médio prazo da oferta mão de obra qualificada, uma economia que se encontra em processo de modernização e adoção de novas tecnologias acaba alterando também a sua demanda por mão de obra qualificada, e seria esse desajuste no mercado de trabalho que remuneraria desproporcionalmente os salários dos indivíduos que possuem níveis educacionais mais elevados.

Numa economia como a brasileira, com altas taxas de crescimento, principalmente no setor industrial, é razoável antecipar-se à existência de desequilíbrios no mercado de trabalho, pois a expansão da demanda tende a beneficiar justamente as categorias mais qualificadas cuja oferta é relativamente mais inelástica a médio prazo. Assim é natural encontrar-se várias categorias profissionais recebendo salários acima do valor de sua produtividade marginal. Nesse sentido, pode-se dizer que o grau de desigualdade da distribuição atual é maior do que o grau esperado a longo prazo, quando será possível eliminar-se esses ganhos extras através da expansão apropriada da oferta (LANGONI, 1973, p. 116).

Segundo Langoni (1973, p.211), esse desajuste no mercado de trabalho seria auto corrigível uma vez que “o aumento, na rentabilidade esperada, dos investimentos em capital humano... estimula os fluxos de investimento nesta área... com a conversão desses ganhos extras em retornos competitivos”. A possibilidade de apropriação de ganhos extraordinários faria com que a demanda dos trabalhos por educação se elevasse, o que pressionaria o governo para aumentar os investimentos na área. Por outro lado, a possibilidade de reduzir custos de produção por parte das empresas, faria com que elas também pressionassem o governo e investissem em melhorias educacionais e treinamento, uma vez que isso aumentaria a oferta de mão de obra qualificada.

Tanto os indivíduos atraídos pelos diferenciais de salário dos níveis mais elevados de educação, como as firmas – preocupadas em reduzir custos e que se refletem em salários relativos, elevados por certos tipos de mão-de-obra – estarão atuando no mesmo sentido, a fim de minimizar esses ganhos extras (LANGONI, 1973, p.212).

Fishlow (1975) teve dificuldade em aceitar essa justificativa. O autor admitia que os salários tinham grande influência na determinação da renda do indivíduo, porém para ele a relação seria inversa à proposta por Langoni: seriam os níveis prévios de renda familiar que definiriam o nível de recursos a serem aplicados na educação do indivíduo, que futuramente viria a afetar o seu nível salarial. O autor escreve:

No caso brasileiro, essa relação [renda – educação] é importante e tendente a levar a distorções, pois a renda familiar é um dos determinantes significativos na frequência à escola. (...) a educação a nível superior é monopolizada por aqueles já ricos, e eles transferem para seus filhos as oportunidades de controlar a renda dissociada da produtividade real (...). Um segundo ponto (...) corresponde à persistência da desigualdade, da qual não há menção no modelo [de Langoni]. O próprio sistema educacional brasileiro, é lógico, constitui na prática um importante mecanismo para assegurar a manutenção da estrutura existente, racionando a diplomação não apenas em favor dos já afluentes, mas também, predominantemente, em favor daqueles com pais educados (LANGONI, 1975, p. 180-181).

Na medida em que exista esse “monopólio educacional” por parte das famílias ricas, as igualdades de oportunidades ficariam escassas, o que apenas reproduziria a perpetuação da desigualdade de renda. Fishlow ataca o ponto central da tese de Langoni ao mostrar que as variáveis explicativas eram insatisfatórias quanto ao poder de sintetizar a desigualdade de renda. A distribuição prévia de renda possui uma forte influência na determinação da renda futura, entretanto Langoni, mesmo ciente de que suas cinco variáveis poderiam não ser

suficientes para explicar a desigualdade, insistiu no seu uso, deixando de fora do modelo variáveis que poderiam reforçar o mesmo.

Como o próprio autor aborda algumas vezes ao longo do livro, os resultados das regressões lineares talvez fossem mais indicados para analisar as diferenças salariais, e não as diferenças de renda, uma vez que os salários (exceto nos percentis de renda inferiores) compõem apenas uma parte da renda, que ainda teriam os rendimentos de capital físico e financeiro em sua composição. Langoni, porém justifica essa escolha ao sugerir que são os ganhos salariais que permitirão que haja uma acumulação posterior de capital, de modo que renda e salários serão interligados de certa maneira.

Embora a dimensão da renda que foi apropriada pelo estrato superior no decorrer da década de 1960 foi bem mais elevada que nos estratos inferiores. Para Langoni, entretanto, isso não era o mais importante, uma vez que renda média real havia crescido em todos os estratos, todos haviam ficado “mais ricos” no decorrer da década.

Uma das principais lições deste trabalho é mostrar que, no caso brasileiro, há necessidade de se apurar qual deva ser realmente a preocupação da sociedade: se a desigualdade da distribuição per se ou o fato de que ainda existe uma porção considerável da população recebendo renda monetária inferior àquilo que poderíamos chamar de mínimo do ponto de vista social. No primeiro caso o objetivo fundamental seria a igualdade da distribuição e, no segundo, a eliminação da pobreza (LANGONI, 1973, p. 213).

Conforme abordado, porém, no início deste capítulo, ao considerar apenas os dados do censo de 1970, do Imposto de Renda e das Lei dos 2/3, Langoni acabou desconsiderando a renda da parte mais pobre da população, aquela que não estava presente nas bases utilizadas, de tal forma que seus resultados acabam mesmo por superdimensionar o nível de riqueza dos extratos analisados. Ainda, como diz Chico de Oliveira (1987):

Do ponto de vista político, parece mais importante perguntar se o nível de vida, ou o padrão de bem-estar das classes trabalhadoras se deteriorou em alguma medida ou na mesma medida em que o salário real. Esta pergunta tem por base um certo suposto da teoria política de que o decisivo para a formação de uma consciência de classe é o nível de vida e não o salário (...) (OLIVEIRA, 1987, p. 61).

Como pudemos discurrir ao longo do capítulo, após a divulgação dos dados censitários de 1970, ao ser constatado o aumento da desigualdade de renda num período de retomada do crescimento econômico, o governo colaborou junto ao economista Carlos Langoni para a divulgação de um trabalho que auferisse que as decisões econômicas pelo governo estavam no caminho correto e que o aumento da desigualdade seria até mesmo esperado. Em posse de dados

do Censo de 1970, do IR e dos dados da Lei dos 2/3, Langoni elaborou um modelo econométrico cujos resultados indicavam que a determinação da renda (e consequentemente o aumento da desigualdade) estava atrelada a cinco variáveis (educação, atividade, idade, sexo, região), sendo a educação aquela com maior influência sobre o resultado. Discordando dos resultados apresentados, um grupo de economistas das mais variadas escolas de pensamento econômicos se juntaram e divulgaram um trabalho contrapondo cada um dos argumentos apresentados por Langoni, expondo os motivos pelos quais os resultados de Langoni não seriam incontestáveis, tanto por terem falhas de fundamentação, quanto ao viés apresentado pelo autor.

No próximo capítulo, daremos um salto temporal, percorrendo brevemente os principais eventos históricos que tiveram impactos na economia brasileira ao longo das décadas de 1970-2000, até finalmente chegarmos aos anos 2010, onde analisaremos a dinâmica da distribuição de renda ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores.

CAPÍTULO 3: TRAZENDO O DEBATE PARA OS DIAS ATUAIS

Na década de 1970, ocorreram eventos que vieram a ser conhecidos como crises do petróleo, e que tiveram forte impacto sobre a economia global. Os impactos na economia do Brasil foram extensos e abrangentes, afetando múltiplos aspectos socioeconômicos do país sendo essencial compreender a essência desses eventos e como eles se manifestaram na economia brasileira. Os eventos que desencadearam os choques de 1973 e 1979, como a Guerra do Yom Kippur e a Revolução Iraniana, tiveram origens geopolíticas no Oriente Médio, resultando em abruptas elevações nos preços internacionais do petróleo. Essas elevações nos preços tiveram um impacto imediato e substancial na economia do Brasil, visto a sua dependência das importações de petróleo para satisfazer suas necessidades energéticas e industriais.

Para o Brasil, os impactos dos choques petrolíferos foram evidentes tanto a curto quanto a longo prazo. Uma das primeiras consequências foi a rápida inflação. Os aumentos nos preços do petróleo acarretaram maiores custos de produção e transporte em todo o país, desencadeando um ciclo inflacionário que reduziu o poder de compra da moeda nacional. O governo brasileiro enfrentou pressões para subsidiar os preços dos combustíveis domésticos, visando conter os aumentos de preços e evitar distúrbios populares, intensificando ainda mais as pressões inflacionárias.

Além disso, os choques do petróleo contribuíram para uma deterioração das contas externas brasileiras. Como o Brasil era altamente dependente das importações de petróleo, os aumentos nos preços do mesmo resultaram em um aumento substancial na conta de importação de energia, contribuindo para o aumento do déficit comercial do país. Isso colocou pressão sobre as reservas internacionais do Brasil e exigiu uma maior dependência de empréstimos externos para financiar o déficit, aumentando a vulnerabilidade externa do país.

O impacto dos choques do petróleo na economia brasileira também se estendeu ao crescimento econômico. O aumento dos preços do petróleo e os subsídios aos combustíveis domésticos reduziram a disponibilidade de recursos para investimentos em outros setores da economia, prejudicando o crescimento econômico e a competitividade internacional do Brasil. A crise do petróleo também desencadeou uma recessão global que afetou negativamente as exportações brasileiras, reduzindo ainda mais o crescimento econômico do país.

Além dos impactos econômicos, os choques do petróleo também tiveram consequências sociais e políticas significativas no Brasil. O aumento dos preços dos combustíveis e a inflação elevada resultaram em uma queda no padrão de vida da população brasileira, levando a protestos e greves em todo o país. A crise energética resultante dos choques do petróleo levou o governo brasileiro a implementar políticas de racionamento de energia, incluindo cortes de eletricidade e rodízio de combustíveis, que afetaram negativamente a vida cotidiana dos brasileiros. Esses eventos destacaram a vulnerabilidade do Brasil à volatilidade dos preços do petróleo e destacaram a importância de políticas macroeconômicas sólidas e diversificação da matriz energética para mitigar os impactos adversos de choques futuros.

Embora inicialmente o processo de substituição por importações tenha impulsionado o progresso industrial brasileiro, a escolha por sua manutenção por parte do governo implicava em manter os subsídios e incentivos fiscais para que as indústrias estratégicas pudessem se desenvolver. Num contexto de crise econômica global, isso acabaria por gerar uma alocação ineficiente de recursos (ineficiente em termos de alocação de recursos econômicos), criando indústrias que eram ineficientes e não-competitivas internacionalmente, além de serem dependentes das tarifas protecionistas e dos subsídios do governo. Vale ressaltar ainda que os próprios subsídios, num contexto de dependência de capital estrangeiro, contribuíram para o aumento do déficit público.

Um outro fator que colaborou com a derrocada do processo de substituição de importações foi a falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte do governo. Focando principalmente no aumento da oferta de educação básica e profissionalizante, o investimento em P&D foi comparativamente menor, o que acabava por não gerar inovação tecnológica dentro das indústrias nacionais, tornando-as pouco competitivas internacionalmente.

3.1. Balanço do Neoliberalismo

As primeiras ideias do neoliberalismo⁷ surgiram com Hayek em 1944, porém foi apenas após a crise do petróleo que tal teoria ganhou força. O neoliberalismo surgiu no período pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países da Europa e da América do Norte, como uma reação vigorosa contra o intervencionismo estatal e os sistemas de bem-estar social. Sua

⁷ Neoliberalismo é um termo empregado em economia política e economia do desenvolvimento para descrever o ressurgimento de ideias derivadas do capitalismo *laissez-faire* (apresentadas pelo liberalismo clássico) que foram implementadas a partir do início dos anos 1970 e 1980 (Haymes; Vidal de Haymes; Miller, 2015).

base teórica inicial pode ser encontrada no livro “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek, publicado em 1944, onde se critica veementemente qualquer intervenção estatal no mercado, considerada uma ameaça à liberdade tanto econômica quanto política. Hayek dirigiu suas críticas especialmente ao Partido Trabalhista britânico antes das eleições gerais de 1945 na Inglaterra, que acabou vencendo. A Sociedade de Mont Pèlerin foi fundada em 1947 como um fórum para promover essas ideias, reunindo figuras influentes como Milton Friedman, Karl Popper e outros, com o objetivo de combater o keynesianismo e preparar o terreno para um capitalismo mais rígido e menos regulamentado no futuro (Anderson, 1995).

Apesar de ter surgido no pós-guerra, o neoliberalismo só viraria hegemônico na década de 1980, após os acontecimentos descritos na década de 1970 que marcaram o fim do Estado de Bem-Estar Social no centro ocidental. A ascensão do neoliberalismo ganhou força nos anos 70, especialmente após a crise econômica de 1973, especialmente nos países dos centros financeiros. Hayek e seus seguidores atribuíram a crise ao poder excessivo dos sindicatos e ao movimento operário, que teriam minado a acumulação de capital e gerado inflação. Eles propuseram políticas de desregulamentação, contenção de gastos sociais e redução de impostos para os mais ricos como solução para restaurar a estabilidade econômica. O neoliberalismo encontrou terreno fértil com a eleição de líderes como Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos, que implementaram políticas de privatização, redução de impostos e controle estrito da oferta de dinheiro (Anderson, 1995).

Conforme Saad-Filho & Moraes (2018 - o neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de quatro elementos que conformam um fio condutor deste processo histórico: i) é um conjunto de ideias no plano ideológico que defende a liberdade dos indivíduos tal como propagado por Friedrich Hayek e Ludwig von Mises; ii) é um conjunto de políticas socioeconômicas que desmontaram o projeto de Bem-Estar preconizando privatizações, abertura comercial e financeira, a austeridade fiscal e monetária, flexibilidade cambial e a apropriação do fundo público em favorecimento do capital privado; iii) é uma reviravolta na relação capital-trabalho, com redução de direitos trabalhistas e sociais conquistados através de décadas de lutas; iv) é a atual fase do capitalismo contemporâneo.

Embora o neoliberalismo tenha tido sucesso em conter a inflação e aumentar os lucros das empresas, sua capacidade de restaurar o crescimento econômico aos níveis anteriores à crise dos anos 70 foi limitada. Os governos neoliberais adotaram uma série de medidas, incluindo cortes nos gastos sociais, privatizações e políticas monetárias restritivas. Enquanto essas

políticas foram bem-sucedidas em alguns aspectos não conseguiram reviver o crescimento econômico sustentável em longo prazo (Anderson, 1995).

Diante de um cenário global multipolarizado, surgiu o que veio a ser conhecido como o Consenso de Washington em 1989, que sintetizou uma série de diretrizes econômicas apoiadas pelos países desenvolvidos, incluindo pontos tais como desregulamentações, privatizações, liberalizações etc. O Consenso de Washington, surgido em um contexto de transformações econômicas globais, enfatiza a importância da liberalização econômica, da privatização e da redução da intervenção estatal como meios para promover o crescimento econômico e a estabilidade. Essas diretrizes, adotadas por diversos países em desenvolvimento, têm sido objeto de intenso debate e reflexão no âmbito das políticas econômicas contemporâneas (Perry, 1995).

O Consenso de Washington passou a ser seguido no Brasil em 1989, mesmo ano em que Fernando Collor se tornou presidente, porém devido ao cenário de elevada inflação e seu impeachment, foi apenas após a implementação do Plano Real que a economia brasileira passou a adotar mais agressivamente essas diretrizes.

3.2. Plano Real

Quando Itamar Franco assumiu a presidência, o Brasil estava enfrentando uma crise de diversas dimensões. As raízes desse cenário remontam aos primeiros anos da década de 1980, quando ocorreu uma quebra no modelo de financiamento do Estado desenvolvimentista. Essa situação foi desencadeada pelo desequilíbrio das contas externas, decorrente do aumento dos preços internacionais do petróleo, do acréscimo das taxas de juros nos EUA e das transformações nos mercados financeiros globais. Esses acontecimentos tiveram um impacto profundo na economia brasileira, resultando em uma crescente inflação a partir de 1979 (Lanoni, 2009).

A resposta inicial do governo à crise da dívida externa foi direcionada para o ajuste externo, com o propósito de equilibrar as contas públicas para cumprir os compromissos com os credores internacionais. Entretanto, tais políticas não lograram conter a inflação e intensificaram a crise fiscal, contribuindo para o aumento do endividamento tanto interno quanto externo.

Essa crise acarretou consequências sociopolíticas de grande impacto, minando a estrutura de poder do Estado desenvolvimentista. O ajuste fiscal promovido pelo governo provocou insatisfação entre o empresariado industrial, a alta burocracia estatal e os

trabalhadores. Esse descontentamento enfraqueceu o acordo de dominação desenvolvimentista e contribuiu para uma crise de hegemonia⁸, que persistiu até a adoção do Plano Real (Lanoni, 2009). O governo de Collor, embora tenha implementado políticas neoliberais, falhou em estabilizar a economia, o que se tornou um dos motivos para o fazer sofrer o impeachment. A instabilidade política e econômica persistiu até meados da década de 1990, com diferentes tentativas de estabilização monetária fracassando (Lanoni, 2009).

A estabilização da economia brasileira ocorreu apenas com a implementação do Plano Real em 1994. Esse plano trouxe uma nova moeda e aplicou medidas para conter a inflação, combinando aspectos do pensamento econômico estruturalista com princípios neoliberais. O êxito na execução do Plano Real representou uma reorganização do Estado brasileiro sob uma perspectiva neoliberal e marcou o início de uma fase de estabilidade econômica e crescimento sustentável (Lanoni, 2009). A aplicação do Plano Real em 1994 trouxe estabilidade à economia brasileira. Esse plano introduziu uma nova unidade monetária e implementou medidas para conter a inflação, combinando aspectos do pensamento econômico estruturalista com princípios neoliberais. O sucesso na execução do Plano Real representou uma mudança na orientação do Estado brasileiro para uma perspectiva mais neoliberal e iniciou um período de estabilidade econômica e crescimento que se buscava tornar mais sustentável. No entanto, é relevante notar que, apesar da estabilidade nos preços, o crescimento econômico na década de 90 foi relativamente lento, um ponto de destaque.

A execução do Plano Real representou um marco na história econômica do Brasil. Antes do Plano Real, o país enfrentava uma crise prolongada, caracterizada por elevadas taxas de inflação e instabilidade econômica. O Real foi concebido para conter a inflação e restabelecer a confiança na moeda brasileira. Uma das principais características do Plano Real foi a introdução de uma nova unidade monetária, o Real, que substituiu o Cruzeiro Real. Essa alteração veio acompanhada por uma série de medidas para estabilizar a economia, incluindo o controle da oferta monetária, o estabelecimento de metas inflacionárias e a implementação de uma política monetária mais restritiva (Lanoni, 2009).

Antes do plano, a inflação no Brasil atingia patamares preocupantes, alcançando taxas anuais de mais de 2.000% (Westin, 2024). Com a introdução do Real, a inflação foi gradativamente reduzida para níveis mais moderados e estáveis, proporcionando um ambiente

⁸ "Crise de hegemonia" significa um período de incerteza política e social em que as bases tradicionais de poder são questionadas. No caso do Brasil, essa crise ocorreu devido à insatisfação generalizada com as políticas do governo, enfraquecendo o modelo desenvolvimentista dominante. Isso levou a uma falta de consenso sobre o rumo do país. A crise só foi superada com a adoção do Plano Real, que trouxe estabilidade econômica e restaurou a confiança no governo.

econômico mais previsível e favorável aos negócios (Lanoni, 2009). Adicionalmente, o Plano Real auxiliou na estabilização da economia brasileira e na recuperação da confiança dos investidores estrangeiros. Isso resultou em um substancial incremento nos investimentos estrangeiros diretos e contribuiu para o crescimento econômico do país. Após a introdução do Plano Real no Brasil, houve um aumento nos investimentos estrangeiros diretos (IED), impulsionado por diversos fatores. A redução da inflação para níveis mais estáveis e moderados, como resultado do Plano Real, foi um dos principais impulsionadores desse fenômeno. A inflação elevada cria incerteza e risco para os investidores, tornando o ambiente econômico menos atrativo para investimentos de longo prazo. Portanto, a redução da inflação proporcionada pelo Plano Real criou um ambiente mais favorável para os negócios, o que, por sua vez, atraiu mais investimentos estrangeiros diretos para o país.

Além disso, as taxas de juros elevadas praticadas na época também podem ter influenciado o aumento nos investimentos estrangeiros diretos. Taxas de juros elevadas podem tornar os investimentos financeiros no país mais atrativos para investidores estrangeiros em busca de retornos mais altos. No entanto, é importante destacar que, embora as altas taxas de juros possam ter sido um fator contribuinte, a estabilidade econômica alcançada pelo Plano Real foi crucial para criar um ambiente propício para investimentos estrangeiros sustentáveis e de longo prazo. Portanto, a confiança dos investidores estrangeiros foi impulsionada não apenas pelas altas taxas de juros, mas também pela estabilidade econômica alcançada pelo plano de estabilização.

O Plano Real foi um marco na história econômica do Brasil, ajudando a transformar o país de uma economia instável e inflacionária em uma economia mais estável e dinâmica. Seus efeitos continuaram a ser sentidos nas décadas seguintes, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil como uma potência econômica emergente (Lanoni, 2009).

3.3. Variações da desigualdade de renda no Brasil

Adicionalmente, políticas governamentais voltadas para a redistribuição de renda, como o Bolsa Família, desempenham um papel significativo na redução da disparidade. Por outro lado, em momentos de recessão econômica, a desigualdade tende a aumentar, uma vez que os empregos formais se tornam escassos e os programas sociais podem sofrer cortes devido a restrições financeiras (Cardoso, 1993).

É crucial ressaltar a relevância das políticas públicas e das mudanças estruturais no mercado de trabalho para compreender a dinâmica da disparidade de renda. Por exemplo,

políticas de aumento do salário-mínimo podem contribuir para uma distribuição mais equitativa da renda, melhorando os padrões de vida dos trabalhadores de baixa renda. Além disso, mudanças na composição setorial da economia e na estrutura ocupacional também exercem influência sobre a disparidade de renda ao longo do tempo (Cardoso, 1993).

O estudo de Cardoso (1993) oferece uma análise detalhada das complexas interações entre fatores econômicos e sociais na determinação da disparidade de renda no Brasil. Destaca-se, portanto, a importância de políticas abrangentes que não apenas promovam o crescimento econômico, mas também busquem uma distribuição mais justa dos benefícios desse crescimento por toda a sociedade brasileira.

No entanto, é imprescindível compreender que a redução da disparidade de renda não é uma tarefa fácil e enfrenta desafios significativos. Diversos elementos estruturais, como educação, acesso ao mercado de trabalho e medidas de redistribuição de renda, devem ser levados em conta ao conceber estratégias eficazes para lidar com esse problema. Além disso, é essencial garantir a sustentabilidade dessas políticas ao longo do tempo, para que possam continuar a gerar resultados positivos a longo prazo.

3.4. Panorama da tributação brasileira

No Brasil, as diretrizes tributárias são determinadas pelo Código Tributário Nacional, promulgado em 1967, e pela Constituição Federal, ratificado em 1988. Após o término do regime autoritário e a restauração da democracia, uma nova Constituição foi redigida. Embora o foco principal não estivesse na reformulação do sistema tributário, essa nova Constituição introduziu alterações substanciais ao modelo tributário nacional, considerado antiquado na época (Nascimento, 2021).

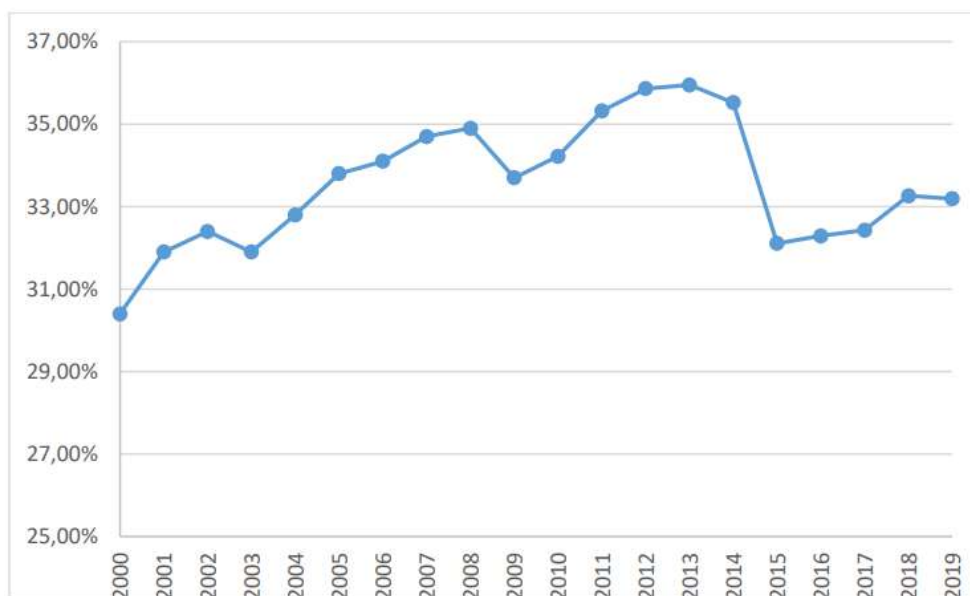
Na esfera das finanças públicas, a Constituição recente concedeu mais autonomia fiscal aos estados e municípios, aumentando as transferências da União e descentralizando os recursos tributários para reduzir a centralização reforçada durante o período autoritário. Além disso, o enfoque democrático priorizou a dimensão social, resultando em uma ampliação dos gastos públicos e na descentralização das receitas (Nascimento, 2021).

Para enfrentar os desequilíbrios fiscais e compensar as perdas de recursos, o governo implementou medidas que afetaram a qualidade do sistema tributário. Isso incluiu a introdução de novos tributos e o aumento das alíquotas daqueles não compartilhados com estados e municípios, como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cuja arrecadação é exclusiva da União. Outras contribuições sociais foram estabelecidas, enquanto impostos já

existentes, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR), foram menos utilizados devido ao compartilhamento de suas receitas (Nascimento, 2021). Devido aos aumentos nos gastos sociais e no pagamento dos juros, o governo precisou elevar suas receitas para evitar déficits nas finanças públicas. Em vez de criar impostos, foram introduzidas mais taxas e contribuições para equilibrar as contas (Nascimento, 2021)

As mudanças frequentes no sistema tributário têm causado ineficiências e distorções nos mercados, sem resolver o desequilíbrio entre a arrecadação e os gastos. O sistema tributário brasileiro é complexo, com uma carga tributária elevada em relação ao estágio de desenvolvimento do país mantendo-se em torno de 33% do PIB até 2015, com o país apresentando a maior carga tributária da América Latina. A composição dos tributos é centralizada, com a maioria sob responsabilidade da União, porém com tendências regressivas, impactando mais as camadas sociais menos favorecidas (Nascimento, 2021).

Gráfico 3.1: Carga Tributária Bruta, Brasil 2000 – 2019



Fonte: Nascimento (2023)

A estrutura tributária do Brasil, apresenta características que favorecem a disparidade de renda e concentração de riqueza. A Constituição Federal de 1988 inclui a possibilidade de criar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) como uma maneira de abordar esses problemas, contudo, sobre implementação requer uma legislação complementar ainda não promulgada. O debate sobre o IGF se destaca devido à necessidade de promover a justiça social e a redistribuição de renda, elementos fundamentais para alcançar uma economia mais equitativa

no país. Portanto, o debate sobre o IGF surge como uma resposta às lacunas identificadas no sistema tributário brasileiro, visando contribuir para um modelo mais equitativo e inclusivo.

3.5. O imposto sobre grandes fortunas

No Brasil, a Constituição de 1988 contempla o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) no artigo 153, VII, atribuído à União. A ausência de legislação específica limita a eficácia do IGF, pois é necessário definir o conceito de "grandes fortunas", estabelecer a base de cálculo e determinar as alíquotas para sua execução (Nascimento, 2021).

Apesar de sua relevância, o IGF ainda é pouco debatido no Congresso, apesar das diversas propostas apresentadas. Um levantamento realizado pelo jornal O Globo (O QUE PENSA...2015) com os deputados eleitos em 2014 revelou que a maioria apoia a regulamentação do imposto. No entanto, mesmo com diversas propostas em tramitação desde 1989, nenhuma foi aprovada até o momento (Nascimento, 2021).

As propostas em análise indicam que o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) seja estabelecido como um tributo direto e progressivo, com alíquotas reduzidas, uma ampla faixa de isenção e aplicação exclusiva sobre patrimônios substanciais de pessoas físicas e jurídicas. Experiências internacionais evidenciam a viabilidade de tributar a riqueza de diversas maneiras, seja por meio de impostos sobre fortunas ou sobre propriedades e ganhos. Esses exemplos também apontam que é uma prática disseminada de tributar a riqueza com o intuito de redistribuir a renda e conter a concentração de capital. Assim, a implementação de uma tributação sobre a riqueza torna-se essencial para atenuar a desigualdade e a concentração de renda no Brasil.

3.6. Diminuição da desigualdade durante governos PT

Destacando o papel da desigualdade como um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil, Costa (2019) apresenta a forma que as políticas sociais desempenham um papel crucial na mitigação dessas desigualdades e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Diversas políticas sociais foram implementadas durante os governos do PT, sendo um dos mais emblemáticos e exitosos o programa Bolsa Família. Por meio da transferência de renda condicionada a compromissos com a educação e a saúde, contribuiu com que a redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil, beneficiando milhões de famílias em situação de vulnerabilidade (Costa, 2019).

Além do Bolsa Família, os governos tiveram diversas outras campanhas com foco na expansão do acesso à educação e à saúde pública, o aumento do salário-mínimo e a implementação de políticas de inclusão produtiva. Depois de algum tempo, o salário-mínimo voltaria a receber incrementos reais, visto que o crescimento do PIB agora estaria atrelado ao seu cálculo.

No contexto mencionado, é enfatizada a importância do aumento do salário-mínimo e da criação de empregos como medidas fundamentais para lidar com a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil. Essas ações foram implementadas como parte de um conjunto de iniciativas sociais visando promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao atrelar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao cálculo do salário-mínimo, permitiu-se que este fosse ajustado não apenas para acompanhar a inflação, mas também em termos reais, resultando em um aumento efetivo do poder de compra para os trabalhadores. Calcula-se que uma valorização de cerca de 70% em termos reais entre 2004 e 2013, aumentando seu poder de compra acima da inflação. Isso resultou em ganhos consideráveis de renda para os trabalhadores de menor remuneração, contribuindo para a diminuição das diferenças salariais e para a melhoria das condições de vida da população mais desfavorecida. Entretanto, a tabela 3.1 mostra que, mesmo com aumentos reais do salário-mínimo, o valor ainda se encontrava aquém do necessário para poder suprir uma família, segundo cálculos do DIEESE (Araujo, 2017).

Tabela 3.1: Evolução dos salário-mínimo nominal, salário-mínimo necessário e rendimento médio efetivamente recebido no trabalho principal

Período	Salário mínimo nominal (A)	Salário mínimo necessário (B)	Rendimento médio trab. princ. (C)	Razão B/A	Razão(B/C)
jan/13	R\$ 678,00	R\$ 2.674,88	R\$ 1.835,50	3,95	1,46
jan/12	R\$ 622,00	R\$ 2.398,82	R\$ 1.682,40	3,86	1,43
jan/11	R\$ 540,00	R\$ 2.194,76	R\$ 1.528,00	4,06	1,44
jan/10	R\$ 510,00	R\$ 1.987,26	R\$ 1.381,50	3,90	1,44
jan/09	R\$ 415,00	R\$ 2.077,15	R\$ 1.302,10	5,01	1,60
jan/08	R\$ 380,00	R\$ 1.924,59	R\$ 1.168,70	5,06	1,65
jan/07	R\$ 350,00	R\$ 1.565,61	R\$ 1.091,30	4,47	1,43
jan/06	R\$ 300,00	R\$ 1.496,56	R\$ 1.010,80	4,99	1,48
jan/05	R\$ 260,00	R\$ 1.452,28	R\$ 931,50	5,59	1,56
jan/04	R\$ 240,00	R\$ 1.445,39	R\$ 854,80	6,02	1,69
jan/03	R\$ 200,00	R\$ 1.385,91	R\$ 848,50	6,93	1,63
jan/95	R\$ 70,00	R\$ 723,82	-	10,34	-

Fonte: León (2015)

Com uma economia em crescimento, a criação de empregos desempenhou um papel crucial na redução da pobreza e da desigualdade de renda. Ao oferecer mais oportunidades de

trabalho, especialmente para os grupos mais vulneráveis da sociedade, como os desfavorecidos e os desempregados, as políticas de inclusão produtiva contribuíram para elevar a renda das famílias e melhorar suas condições de vida. Essas medidas, juntamente com programas sociais como o Bolsa Família, que condicionava a assistência financeira a compromissos com a educação e a saúde, foram parte de um esforço abrangente para promover a inclusão socioeconômica no Brasil.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, especialmente durante os mandatos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2015), houve uma significativa diminuição da desigualdade socioeconômica no país. Essa redução da desigualdade foi resultado de uma série de políticas sociais implementadas com o objetivo de promover a inclusão social e econômica dos grupos mais vulneráveis da população.

Para as estratégias de transferência de renda, o Bolsa Família foi o programa mais proeminente nesse contexto. Ele consiste em uma transferência direta de recursos para famílias em situação de carência e extrema carência, sujeita à condição de frequência escolar e cuidados de saúde das crianças. Esse programa beneficiou inúmeras famílias e teve um papel fundamental na redução da pobreza e da disparidade de renda

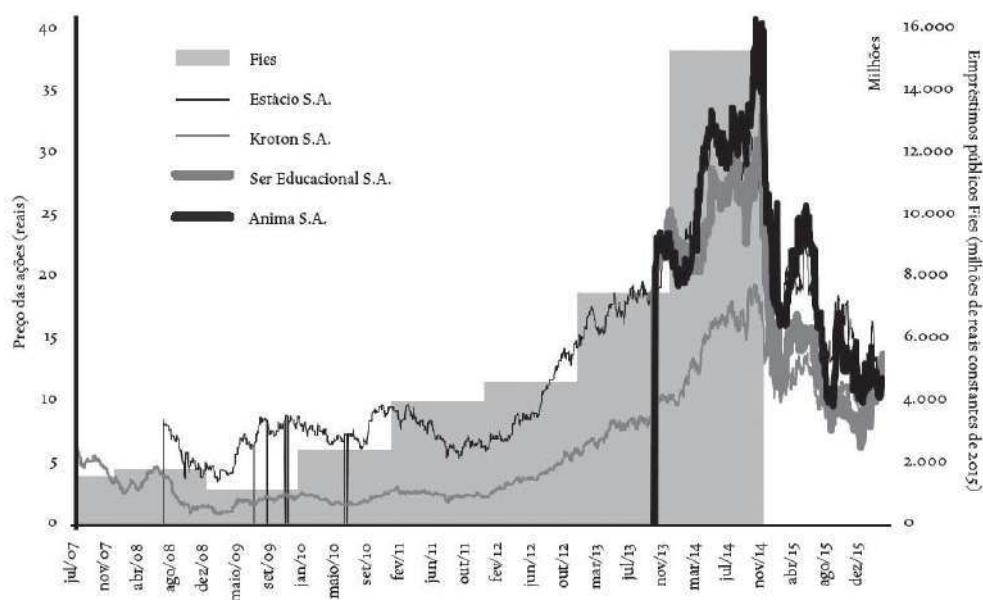
São 10 milhões de crianças na primeira infância em famílias com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo. Esse índice representa 55,4% de todas as 18,1 milhões de crianças de zero a seis anos registradas no país (Censo 2022). Neste contexto, 81% delas (8,1 milhões) estariam em situação de pobreza ou extrema pobreza. No entanto, levando em conta o Bolsa Família na composição da renda, o número cai para 6,7% (670,81 mil). “O estudo demonstra o potencial do Cadastro Único para a identificação de vulnerabilidades na primeira infância e a relevância de seu uso para a elaboração de políticas para essa faixa etária”, afirmou Letícia Bartholo, secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do MDS (Agência GOV, 2024, p.1).

Na expansão do acesso a serviços básicos, houve investimentos significativos na expansão do acesso à educação e à saúde pública. Programas como o aumento do número de escolas e universidades públicas, a criação de novas vagas em instituições de ensino superior, a construção de unidades básicas de saúde e a implementação do programa Mais Médicos ajudaram a melhorar o acesso da população mais pobre a serviços essenciais. Esse crescimento pode ser interpretado como um redirecionamento de recursos do fundo público para o setor privado, uma tendência muitas vezes associada ao neoliberalismo. Apesar das políticas sociais importantes implementadas pelos governos do PT, também foram adotadas medidas que

favoreciam a privatização e a desregulamentação em alguns setores, favorecendo assim a financeirização dos serviços públicos (Lavinas, 2018).

O aumento das instituições privadas de ensino e saúde pode indicar uma preferência pelo lucro em detrimento do acesso equitativo aos serviços básicos, o que pode ser ilustrado pelo gráfico 3.2 que mostra a tendência de financeirização da educação ocorrida durante os anos em questão. Isso pode resultar em uma maior disparidade entre aqueles que podem pagar por serviços privados de alta qualidade e aqueles que dependem dos serviços públicos, frequentemente carentes de investimento e qualidade inferior. Ao analisar os impactos das políticas implementadas pelos governos do PT, é essencial reconhecer não apenas suas realizações, mas também as contradições e os possíveis efeitos negativos de certas abordagens, especialmente no que diz respeito à crescente privatização em detrimento dos serviços públicos essenciais.

Gráfico 3.2: Preço das ações de universidades privadas na bolsa de valores e progressão dos empréstimos do Fies (R\$) 2007-2015



Fonte: Lavinas (2018)

Além das políticas de transferência de renda, foram implementadas iniciativas de inclusão produtiva, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esses programas tinham como objetivo capacitar os beneficiários para o mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo entre os mais pobres.

Por fim, nos enfoques em questões de gênero e raça, os governos do PT também deram atenção especial às questões, reconhecendo a importância de abordar as desigualdades nessas áreas. Foram implementadas políticas específicas para promover a igualdade de gênero e racial, como cotas em universidades e concursos públicos e programas de incentivo à inserção da mulher no mercado de trabalho. Um exemplo notável foi o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, estabelecido em colaboração com empresas para fomentar a igualdade no ambiente de trabalho. Paralelamente, o Pronatec Mulheres Mil oferecia cursos profissionalizantes direcionados a mulheres em situação vulnerável, simplificando sua entrada ou reinserção no mercado laboral. O Bolsa Família Mulher desempenhava um papel crucial ao fornecer suporte financeiro e treinamento para as mulheres beneficiárias, com o objetivo de promover sua independência econômica. Outras medidas adotadas incluíam a Rede Cegonha, que garantia estabilidade no emprego durante a gravidez e licença maternidade remunerada, facilitando a permanência das mulheres no mercado de trabalho. Tais iniciativas eram destinadas a lidar com os desafios específicos enfrentados pelas mulheres, impulsionando a igualdade de oportunidades e o avanço profissional.

Essas políticas sociais contribuíram significativamente para a redução da desigualdade socioeconômica no Brasil durante os governos do PT. No entanto, é importante ressaltar que ainda há desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à qualidade e sustentabilidade dessas políticas, bem como à necessidade de combater as desigualdades estruturais que persistem na sociedade brasileira.

Embora os índices de desigualdade tenham se reduzido durante os governos do PT, bastou uma ruptura do sistema político, aliada a uma agenda econômica claramente neoliberal baseada em austeridade fiscal, monetária e câmbio livre para que a tendência fosse revertida e que os índices novamente tenham se elevado, fortalecendo a ideia de que o combate à desigualdade deve ser um propósito contínuo.

Gráfico 3.3: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita

Fonte: Valor Econômico, *Os rumos da desigualdade*, Disponível em: www.valor.globo.com.

A persistência da concentração de riqueza, mesmo após anos de queda dos índices de desigualdade, permanece uma problemática que continua a desafiar o país. Nesse contexto, é válido citar o trabalho de Thomas Piketty, cujas análises sobre desigualdade de renda têm influenciado o debate acadêmico e político global, embora sua aplicação específica ao Brasil demande uma análise mais aprofundada.

Thomas Piketty, um proeminente economista francês, é conhecido por suas análises profundas sobre as disparidades de renda em escala global, especialmente em seu livro "O Capital no Século XXI". Nele, Piketty destaca a tendência histórica de que os retornos sobre o capital superam o crescimento econômico, resultando na concentração de riqueza. Suas ideias têm reverberado no debate, especialmente ao advogar por políticas públicas que abordem essa desigualdade, como impostos progressivos sobre a riqueza e a renda. No contexto brasileiro, suas análises podem fornecer uma base sólida para a formulação de políticas mais equitativas, oferecendo uma compreensão profunda dos desafios específicos enfrentados pelo país em relação à distribuição de renda.

Essas reflexões adicionais ressaltam a complexidade dos desafios socioeconômicos enfrentados pelo Brasil e a necessidade de adotar abordagens abrangentes e inovadoras para enfrentá-los. Portanto, o diálogo sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento deve abarcar não apenas as questões discutidas neste capítulo, mas também uma análise holística das origens e consequências das disparidades de renda no país.

CONCLUSÃO

O percurso deste projeto nos conduziu por uma análise dos fatores históricos que levaram à ruptura do regime democrático no Brasil, explorando os períodos desde "50 anos em 5" até o "milagre" econômico, com enfoque nas políticas implementadas durante o PAEG e as reformas estruturais. Posteriormente, adentramos na metodologia e nos resultados apresentados por Langoni, investigando suas contribuições para a compreensão da disparidade de renda, ao mesmo tempo em que confrontamos críticas e desafios enfrentados em sua abordagem. Por fim, levamos o debate para o presente, analisando a situação da tributação brasileira, a proposta de imposto sobre grandes fortunas, as flutuações na desigualdade de renda, a avaliação do neoliberalismo, o impacto do Plano Real e as políticas adotadas durante os governos do PT para reduzir a desigualdade.

Ao revisitar os eventos que marcaram a história econômica brasileira, torna-se evidente que a desigualdade econômica é um fenômeno intrínseco à nossa trajetória. Desde a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento nacional até a adoção de medidas alinhadas ao modelo neoliberal, percebemos que as decisões políticas e econômicas influenciaram diretamente a distribuição de renda e a estrutura socioeconômica do país. O período do "milagre" econômico, por exemplo, apesar de registrar taxas significativas de crescimento, também testemunhou um aumento na desigualdade, indicando que o progresso econômico isolado não é suficiente para garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza.

Eventos históricos, como o "milagre" econômico, mostram que o progresso econômico nem sempre garante uma distribuição equitativa da riqueza. As contribuições teóricas, como as de Langoni, oferecem perspectivas valiosas, mas também destacam a complexidade do problema da desigualdade. Atualmente, reformas urgentes são necessárias para promover a justiça social e econômica. Políticas como o imposto sobre grandes fortunas refletem a busca por um sistema tributário mais justo. Além disso, a variação na disparidade de renda ressalta a importância de políticas públicas eficazes para enfrentar esse desafio. A análise da metodologia proposta por Langoni proporcionou uma compreensão mais profunda das complexas interações subjacentes à disparidade de renda no Brasil. Sua abordagem ofereceu insights sobre as dinâmicas socioeconômicas envolvidas nesse fenômeno. No entanto, as dificuldades enfrentadas na interpretação dos resultados e as críticas direcionadas ao modelo de Langoni ressaltam a necessidade contínua de aprimorar nossos instrumentos analíticos e teóricos para capturar toda a complexidade da desigualdade econômica.

Ao trazer o debate para o presente, analisamos a situação destacando a necessidade urgente de reformas para tornar o sistema mais justo e avançado. A discussão em torno do imposto sobre grandes fortunas levanta questões fundamentais sobre a redistribuição de riqueza e a equidade fiscal. Além disso, as variações na disparidade de renda ao longo do tempo demonstram a complexidade do desafio e a importância de políticas públicas eficazes para enfrentá-lo. A avaliação do impacto do neoliberalismo nos faz refletir sobre os limites da liberalização econômica e a necessidade de medidas de proteção social para mitigar as desigualdades decorrentes da globalização.

Diante das reflexões expostas, é fundamental reconhecer que a disparidade econômica é um desafio complexo que demanda uma abordagem abrangente e unificada. Para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, é crucial um compromisso com políticas econômicas e sociais que promovam a equidade e o bem-estar de todos os indivíduos. Isso engloba não apenas mudanças tributárias e redistributivas, mas também investimentos em áreas como educação, saúde, habitação e infraestrutura, além de iniciativas para impulsionar a inclusão financeira e o fortalecimento econômico das comunidades marginalizadas.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA GOV, 2024. **Bolsa família reduz em 91,7% pobreza na primeira infância.** Disponível em: < <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/bolsa-familia-reduz-em-91-7-pobreza-na-primeira-infancia> >. Acesso em: 30 de abril de 2024

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Disponível em: <<https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Anderson,%20Perry/Balanco%20do%20Neoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 09 de abril de 2024

ARAÚJO, Thiago Soares Krause de. **A política de salário-mínimo no Brasil e os impactos da sua valorização no período recente sobre a distribuição de renda e o crescimento.** UFRJ, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4873/1/Monografia_Thiago_Krause.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024

BARROS, Ricardo Paes; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.** IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>>. Acesso em: 06 de abril de 2024

BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia.** IE/Unicamp, Campinas, n. 251, 2015. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2024.

BARONE, Ricardo *et al.* CAPITAL HUMANO OU CAPITALISMO SELVAGEM? UM BALANÇO DA CONTROVÉRSIA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DURANTE O “MILAGRE” BRASILEIRO. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1-25, 2017.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Crescimento, distribuição de renda e progresso técnico: a controvérsia sobre os padrões de acumulação. In: MALTA, Maria. **Ecos do Desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA, 2011. ISBN 978-85-7811-107-6.

BONELLI, Regis. **Distribuição de renda: Evolução nos anos 70.** IPEA, [s. l.], p. 1-27, 1982.

CAMARGO, José Márcio. **Inflação e desemprego – a Curva de Phillips.** Blog do IBRE, 2018. Disponível em: < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/inflacao-e-desemprego-curva-de-phillips> >. Acesso em: 30 de abril de 2024

CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** Planejamento e políticas públicas ppp, n.23, 2001. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/download/77/88/257> >. Acesso em: 01 de maio de 2024

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento**. *Revista de Economia Política*, v.35, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/FwKt39SvPW36Thr993KRrF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 de maio de 2024

CARDOSO, Eliana. 1993. “**Cyclical Variations of Earnings Inequality in Brazil**”. *Brazilian Journal of Political Economy* 13 (4):613-25. Disponível em: <<https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/1350>>. Acesso em: 08 de abril de 2024

COSTA, A. **O papel das Políticas Públicas Sociais na Redução das Desigualdades no Brasil**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, 2019, 4(1), 45-60.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 53-78, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/59932643/190612_implementando_desigualdades20190704-89312-1mbbyv8.pdf#page=55>. Acesso em: 09 de abril de 2024

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: COSENTINO, Daniel; GAMBI, Thiago. **HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Hucitec Editora, 2019.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Trabalho, financeirização e desigualdade**. UNICAMP, 2010. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1804/texto174.pdf>>. Acesso em: 09 de abril de 2024

FERREIRA, Ender; SILVA, Roberto. **UM DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: A “CONTROVÉRSIA DE 70”**. 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-graduação em História Econômica, [s. l.], 2018.

FISHLOW, Albert. Brazilian Size Distribution of Income. **American Economic Review**, American Economic Association, v. 62, n.2, p. 391-402, May, 1972

_____. A Distribuição de Renda no Brasil. In: TINELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (Org.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 159-189.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e “Milagre” Econômico (1964-1973). In: Giambiagi, Fabio; Villela, André; Castro, Lavínia Paes de Barros de; Hermann, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004)**. Rio de Janeiro: Campus. 2ª Ed, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo. Tendências da Distribuição da Renda no Brasil e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico. In: TINELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (Org.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 105-123.

INVESTOPEDIA, 2023. **The Phillips curve economic theory explained**. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/terms/p/phillipscurve.asp>>. Acesso em: 01 de maio de 2024

KOMATSU, Bruno; FILHO, Naercio Menezes. **Does the rise of the minimum wage explain the fall of wage inequality in brazil?** INSPER, Centro de Políticas Públicas, 2016. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Does-rise-minimum-wage-explain-fall-wage-inequality-Brazil.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2024

LANGONI, Carlos. **A study in economic growth: the Brazilian case**. Dissertação de Ph. D. inédita. Universidade de Chicago, 1970.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978

LANGONI, C.G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 1973 (**Ensaio Econômico da EPGE, 8**).

LANONI, Marcus. **Políticas Públicas e Estado: o plano real**. Lua Nova, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/zJXFW8TvZp35jQjQD7psypt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 de abril de 2024

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. **Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização**. Revista Novos Estudos, CEBRAP 2018. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/wpcontent/uploads/2018/08/03_lavinas_111_p190a211_baixa.pdf>. Acesso em: 09 de abril de 2024

LAVINAS, Lena. **Lingering brazilian paradoxes**. UFRJ, 2017. Cap. 5, pág. 171. Disponível em: <[https://www.ie.ufrj.br/images/IE/livros/Lavinas%20\(2017\).%20The%20Takeover%20of%20Social%20Policy%20by%20Financialization.pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/livros/Lavinas%20(2017).%20The%20Takeover%20of%20Social%20Policy%20by%20Financialization.pdf)>. Acesso em: 06 de abril de 2024

LEÓN, Jaime Ernesto W. H. **Uma contribuição à crítica da discussão da pobreza no Brasil (2003-2013): qualidade do emprego e do salário**. 2015. 112 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1625295>. Acesso em: 12 abr. 2024.

LIMA, Marcelo Alves de Paula. **O regime militar brasileiro e a república da china: anticomunismo e relações internacionais (1964-1974)**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/55663/1/O%20Regime%20Militar%20Brasileiro%20e%20a%20Rep%C3%ABlica%20da%20China%20-%20Anticomunismo%20e%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais%20%281964-1974%29.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2024

MALAN, Pedro; WELLS, John. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Pesquisa Plano Econômico, 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5447313/mod_resource/content/1/PPE_v3_n4_Distribui%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2024

MALTA, Maria. **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970**. 2010 (em elaboração).

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo Menchise; ALVAREZ, Antón Lois Fernandez. **Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: uma análise principalmente do Brasil**. NECVU IFCS-UFRJ, 2023. Disponível em: <>. Acesso em: 08 de abril de 2024

NASCIMENTO, Natassia. **O imposto sobre grandes fortunas no brasil: propostas e simulações // wealth tax in Brazil: proposals and simulations**. Revista de Economia Contemporânea, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/48945>>. Acesso em: 07 de abril de 2024

NASCIMENTO, Natassia. **CONCENTRAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA E OS TRIBUTOS SOBRE PROPRIEDADE: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL DE 2000 A 2019**; 2023; Tese (Doutorado em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - IE/UFRJ) - Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Orientador: Denise Lobato Gentil;

O QUE PENSA a nova Câmara: G1 mostra a opinião dos deputados federais sobre 12 temas polêmicos. G1, Brasília, DF, 31 jan. 2015. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/o-que-pensa-a-nova-camara/>>. Acesso em: 10 de abril de 2024

PEDRO, Malan; WELLS, Jhon. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TINELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (Org.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 241-262

PREZIBELLA, Guilherme. **A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**. 2019. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SABOIA, João; NETO, João Hallak. **Salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000**. Economia e Sociedade, Campinas, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/HscfdQqCQ6t4vjXCkF69tnc/?format=pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2024

SERRA, José. A Reconcentração da Renda: Justificações, Explicações, Dúvidas. In: TINELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (Org.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 263-288

SINGER, Paul. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TINELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (Org.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 73-104

SILVA, Ane. **A CONTROVÉRSIA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 1970 E A PASTEURIZAÇÃO RECENTE DO DEBATE**. 2011. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia - UFRJ, [S. l.], 2011.

SILVA, Frederico Barbosa da; DELGADO, Guilherme C.; CASTRO, Jorge Abrahão de; JR, José Celso Cardoso; THEODORO, Mário; BEGHIN, Nathalie. **Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. IPEA, 2009. Disponível em: <>. Acesso em: 01 de maio de 2024

TINELLI, Arthur e TOLIPAN, Ricardo (Org.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

USP, 2024. **Colinearidade**. Disponível em: <<http://www5.eesc.usp.br/saate/index.php/saate/Indicar-a-T%C3%A9cnica/Relacionar/2.-%C3%81rvore-de-Decis%C3%A3o/Gloss%C3%A1rio/Colinearidade>>. Acesso em: 08 de abril de 2024

VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. **Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968) - a preservação do Legislativo**. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.333-358, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/>>. Acesso em: 07 de abril de 2024

WESTIN, Ricardo. **Antes do Plano Real, inflação no Brasil chegou a 2.500% ao ano**. Senado Federal, 2024. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/antes-do-plano-real-inflacao-no-brasil-chegou-a-2-500-ao-ano>>. Acesso em: 01 de maio de 2024